



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

A importância das políticas públicas, no apoio e intervenção
dos alunos das Escolas do Campo, portadores do Espectro
Autista

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da
Educação- Educação Especial.

Hanna Benacon Maia

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

ABRIL 2025



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

A importância das políticas públicas, no apoio e intervenção
dos alunos das Escolas do Campo, portadores do Espectro
Autista

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da
Educação- Educação Especial.

Hanna Benacon Maia

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora Filomena Ermida
Branco da Ponte

Dedico este trabalho a Deus por ser minha fonte de sabedoria e a Nossa Senhora que por sua intercessão me guiou até aqui. Assim como, minha família que sempre me amou e apoiou meus sonhos. E é claro, meu marido que segurou a minha mão rumo a esse sonho que é o mestrado fora do meu país. A cada um de vocês, dedico não apenas este trabalho, mas tudo o que há de melhor em mim.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa para mim, não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas a materialização de um sonho, que é ter tido a experiência de estudar fora do meu país.

Agradeço primeiramente a Deus e a intercessão de Nossa Senhora por todo o direcionamento, força, resiliência e saúde ao longo dessa jornada que se iniciou lá no final de 2022.

Aos meus pais, Zilda e Ágno que sempre me apoiaram em todos os meus sonhos e deram a vida por mim, a minha irmã, Huanna e avó Eneides que sempre torceram por mim. E A minha amiga quase irmã, Agnes Kelen que sempre esteve acreditando e me incentivando.

Ao meu amado marido, a qual divido todos meus sonhos e anseios, que sempre esteve ao meu lado me apoiando em todos momentos, me incentivando e cuidando de mim.

À Universidade Católica Portuguesa, na figura da Professora Doutora. Filomena Ponte, a qual aceitou ser minha orientadora nesta longa jornada na qual foi a escrita dessa dissertação, a minha mais profunda gratidão por todo conhecimento partilhado. Suas contribuições foram de suma importância para que este trabalho se concretizasse. Não poderia deixar de citar aqui, todo o carinho que sempre teve por nós brasileiros, sempre muito solícita e ótima companhia.

Não poderia deixar de agradecer também a Irany Andrade, que sempre esteve disposta a me ajudar. Assim como minha amiga Andréa que sempre me apoia e um grande incentivador na vida acadêmica, meu eterno pedagogo, Kelcimar.

Assim como as minhas parceiras de viagem e de turma, na qual desenvolvemos uma linda amizade, Andreza e Danielle, por sempre se preocuparem e cuidarem de mim. E sem esquecer de quem nos acompanhou nessas viagens, Rosa Denise, foi para além de chefe, foi uma companhia boníssima nesses dias que passamos juntas e incentivadora.

E gratidão a todos que tiveram ao meu caminho ao longo dessa jornada, aos que me incentivaram, aos que me alegam nos dias difíceis, obrigada pelo carinho, compreensão e apoio até aqui.

RESUMO

A neurodiversidade é um assunto que vem sendo utilizado bastante na atualidade, onde todos são diferentes e devem ser respeitados. Nessa perspectiva, o termo neurodivergente também tem sido bastante discutido, já que se refere aos indivíduos que tenham algum tipo de diferença fora do padrão.

O autismo é um exemplo neurodivergente, tema este que cada vez mais tem se tornado pauta, tendo em vista sua importância. Quanto as políticas públicas, as mesmas são muito necessárias para esse público, ainda mais se pensarmos nesses indivíduos que residem nas áreas rurais.

Tendo em vista isso, esse estudo tem os objetivos de analisar como as políticas públicas acontecem na prática quando se referem aos autistas inseridos no ambiente do campo, assim como observar como se dão as políticas públicas nos espaços rurais onde estão inseridas as pessoas com autismo, como também o compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo no espaço da educação do campo e do mesmo modo a discutir a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere ao autista que vive no contexto rural.

Com isso, vamos discutir do decorrer deste estudo o quão importante são as políticas públicas para os autistas no contexto da educação do campo. Veremos então, o quão necessário se faz essa discussão a respeito desse tema de tamanha relevância a academia.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Autismo, Escola do Campo.

ABSTRACT

Neurodiversity is a subject that is being used a lot today, where everyone is different and must be respected. From this perspective, the term neurodivergent has also been widely discussed, as it refers to individuals who have some type of non-standard difference.

Autism is a neurodivergent example, a topic that has increasingly become an issue, given its importance. As for public policies, they are very necessary for this public, even more so if we think about these individuals who live in rural areas.

With this in mind, this study aims to analyze how public policies occur in practice when referring to autistic people living in the rural environment, as well as to observe how public policies occur in rural spaces where people with autism are located, as well as understanding how public policies are applied in the daily lives of individuals with autism in the field of rural education and also discussing the importance of implementing existing public policies with regard to autistic people living in rural contexts.

With this, we will discuss throughout this study how important public policies are for autistic people in the context of rural education. We will then see how necessary this discussion is regarding this topic of such relevance to academy.

Keywords: Public Policies, Autism, Rural School.

INDICE DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Cidade de Manaus

Figura 2- Relatórios Gerenciais da Educação Especial

Figura 3- Atendimento Especializado aos Alunos

Figura 4- Informações Complementares dos Alunos da Educação Especial

Figura 5- Mapa das Escolas Rurais de Manaus

Figura 6- DOM que abordam sobre a Sala de Recursos

Figura 7- DOM que abordam sobre os Apoios Escolares

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Sexo	64
Gráfico 2- Idade	65
Gráfico 3- Experiência Profissional	66
Gráfico 4- Grau Acadêmico	68
Gráfico 5 - Ao seu ver, como deveria ser aplicado as políticas públicas direcionadas a educação especial nas escolas, especialmente aos alunos autistas?	72
Gráfico 6 - Para você, os recursos oferecidos através das políticas públicas destinadas aos alunos autistas são suficientes, levando em consideração os desafios enfrentados por você, professor?	74
Gráfico 7 - Você acha importante que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo?	75
Gráfico 8 - Você como professor do campo já recebeu alguma formação para lidar com alunos autistas na sala de aula regular?	77
Gráfico 9 - Na sua opinião, os professores devem usar estratégias diferenciadas com os alunos autistas, adaptando o currículo, levando em consideração as políticas públicas?	78
Gráfico 10 - Quais os maiores desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas destinadas aos alunos autistas nas escolas rurais?	79
Gráfico 11 - Você, educador da zona rural, acha que é necessário a execução de políticas públicas voltadas para uma educação equitativa para todos?	81
Gráfico 12 - Você conhece quais são os recursos financeiros disponibilizados pelo governo através das políticas públicas destinadas à educação especial que temos nas escolas rurais?	82

Gráfico 13 - De acordo com as políticas públicas que temos na atualidade, você concorda que as mesmas são suficientes para suprir as necessidades reais dos alunos autistas nas escolas do campo?83

INDICE DE QUADROS

Quadro 1- Perfil dos Entrevistados.....	69
--	----

INDICE DE SIGLAS

LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

E. E.- Escola Estadual

CMEE- Centro Municipal de Educação Especial

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

OMS- Organização Mundial da Saúde

TGD- Transtorno Global do Desenvolvimento

PNEE-PEI- Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

CF- Constituição Federal

DDZ- Divisão Distrital Zonal

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

UNB- Universidade de Brasília

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

AEE- Atendimento Educacional Especializado

INDICE DE ACRÔNIMOS

TEA- Transtorno do Espectro Autista

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SIGEAM- Sistema Integrado de Gestão Educacional

ENERA- Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

UNICEF- Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SEMED- Secretaria Municipal de Educação

DOM- Diário Oficial do Município

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	16
I MÓDULO CONCEPTUAL	18
1. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
1.1. A história da educação especial: da antiguidade até a atualidade.....	20
1.2 A história da educação especial no Mundo.....	20
1.3. Educação Especial no Brasil.....	22
1.4. Educação especial no Amazonas, Manaus.....	24
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	29
1. A historicidade da Educação do campo.....	30
1.1. Brasil como precursor da educação do campo.....	31
1.2. Legislações que permeiam a educação do campo.....	32
1.3. Constituição de 1988.....	33
1.4. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	34
1.5. A EDUCAÇÃO ESPECIAL frente aos desafios da EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	35
3. AUTISMO.....	37
1. Políticas Públicas.....	41
1.1. Constituição Federal de 1988.....	45
1.2. Leis de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB)	46
1.3. Política Nacional de Educação Especial- PNEE.....	47
1.4. Lei nº 12.754, DE 27 DE 2012.....	47
1.5. Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 07 de outubro de 2020.....	50

1.5.1. Sala de recursos e apoio escolar, fermentas que auxiliam os estudantes alvos da educação especial.....	51
1.6. Portaria nº 2536/2023- SEMED/GS.....	53
1.7. Lei nº3260, de 03 de janeiro de 2024.....	54
II ENQUADRAMENTO DO ESTUDO.....	55
1 Motivação.....	55
2 Objetivos.....	56
III MÉTODO.....	57
1 Participantes.....	58
2 Instrumentos.....	59
3 Procedimentos.....	60
IV APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	62
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
ANEXOS.....	95

INTRODUÇÃO

As políticas públicas referentes ao autismo nas escolas do campo são muito necessárias, tendo em vista que cada vez mais o Transtorno do Espectro Autista (TEA) está presente em todos os espaços da sociedade, até mesmo nos mais afastados, como é o caso da zona rural.

Com isso, faz-se necessário que as legislações destinadas a esse público sejam executadas de fato, para que esses alunos tenham seus direitos executados como devem ser.

Assim como, até os que vivem em lugares mais afastados que é a situação de quem mora no campo, devem ter seus direitos assistidos e garantidos.

Não podemos falar de leis que tangem a educação brasileira sem falar das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, onde no seu capítulo V traz que as crianças que possuem o transtorno do espectro autista têm o direito de ingressar em uma escola de ensino regular, juntamente com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 nos artigos 54 e III.

Apesar de haver essa garantia por lei, muitas escolas e profissionais não se sentem preparados para lidar com um aluno que possua esse transtorno nas salas de aula e acabam exprimindo justificativas para que os pais não matriculem seu filho na escola de ensino regular.

Tendo em vista que a criança autista deve ser trabalhada na sua integralidade, onde deve ser considerado o fator socialização, pois muitas vezes a mesma é tida como “diferente”.

Nota-se que apesar de que as crianças devam ser incluídas em escolas regulares, ainda que existam escolas destinadas a crianças com necessidades especiais, muitos responsáveis optam em matricular seus filhos nessas escolas por receio de suas crianças não serem aceitas.

Os profissionais da educação devem ser capacitados para desenvolverem um ensino de excelência para esses educandos, porém, observa-se que há uma resistência por parte desses

profissionais, pois os mesmos não recebem a devida formação para trabalhar com essas crianças, principalmente nas escolas mais afastadas.

As escolas que são intituladas inclusivas compõem seu quadro de alunos com crianças sem necessidades especiais e crianças com necessidades especiais na sua grande maioria não actuam com prática inclusiva.

E essas escolas utilizam medidas facilitadoras, como: salas com atividades diferenciadas e trabalham com pessoas destinadas a cuidarem somente das crianças com necessidades especiais.

No que tange as políticas públicas voltadas a educação especial nas escolas do campo, especialmente tratando do autismo, observa-se que houve um avanço significativo. Todavia, quando se trata da viabilidade das mesmas, nota-se que essas legislações muitas vezes não são postas em prática como deveriam nesses espaços.

Mesmo que se saiba da importância da execução delas, há ainda muitos entraves. Observamos que políticas públicas existem, porém muitas vezes não chegam para a maioria, principalmente dos que moram nas áreas mais afastadas e que tem menos conhecimento de seus direitos, os menos favorecidos.

As políticas públicas devem chegar para todos, independentemente dos sujeitos terem ou não saber sobre os benefícios que os cabem e além da localização onde se encontram.

É necessário que essas políticas públicas destinadas as pessoas com autismo nas escolas do campo sejam efetivadas de fato e possam estar não só nos anais, mas sim sendo realizadas em sua totalidade na vida desses sujeitos que tem o direito de ter seus benefícios sendo cumpridos.

I MÓDULO CONCEPTUAL

No primeiro capítulo abordaremos de forma objetiva e clara sobre as políticas públicas no contexto das escolas do campo aos educandos do contexto da educação especial, prioritariamente na zona rural da cidade de Manaus, no estado do Amazonas. No qual, abordaremos sobre o quão importante se faz as políticas públicas aplicadas a esse público, onde será analisado onde esses indivíduos estão inseridos.

Teremos como objetivo principal analisar de forma mais concisa as políticas públicas aplicadas às crianças neurodivergentes, mais concretamente, crianças e jovens adultos, portadoras do espectro autista inseridos na educação do campo. Levando em consideração, as particularidades que permeiam o aspecto geográfico existente nessa área, onde analisaremos o quão importante se faz a aplicação das políticas públicas direcionadas para a promoção de forma equitativa promovendo acesso a todos a uma educação de qualidade para todos, independente das especificidades dos educandos.

Ao investigarmos a fundo sobre essas características da educação especial na perspectiva da educação do campo, conseguiremos cooperar de modo significativo para que essas modalidades possam ser melhor assistidas e por conseguinte ter uma melhora significativa na educação, proporcionando uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas especificidades, propiciando assim uma sociedade equitativa.

Pensando nisso, levando em consideração nosso público alvo que são os alunos autistas inseridos nas escolas da zona rural de Manaus, a pesquisa se aterá em investigar esses indivíduos no contexto em que estão inseridos.

O estudo do tema “A importância das políticas públicas frente ao autismo nas escolas do campo” foi pensado através da busca por formas de debater sobre a inclusão de alunos com espectro autista nas escolas do campo.

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a indivíduos com necessidades educacionais especiais, sejam eles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, atendendo discentes em todos os níveis de ensino.

Leite (2021) traz que no início da história da educação especial, as escolas para esse alunos eram separadas e direcionadas a crianças cegas e posteriormente as surdas. Com isso vemos que já houve um avanço significativo no que se refere a educação especial, mas sabemos que ainda há muito o que se melhorar.

O artigo 5 da Portaria nº 2536/2023- SEMED/GS no traz que se considera o público-alvo da educação especial conforme seus incisos:

- (i) Estudantes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial;
- (ii) Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: (DSM 5 2013 - denominado de Transtorno do Espectro Autista);
- (iii) Estudantes com altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

E traz em seu parágrafo único que deficiência não pode ser associada a nenhum tipo de doença, carência ou invalidez. (Manaus, 2023)

1.1. A história da educação especial: da antiguidade até a atualidade

A educação ao longo dos tempos foi passando por grandes transformações, ainda mais quando se trata da modalidade especial, tendo em vista que a mesma tem particularidades específicas e que devem ser levadas em consideração, onde o indivíduo que necessita ser inserido de maneira equitativa e tenha seus direitos garantidos.

1.2. A história da educação especial no Mundo

A educação especial foi sempre considerada um tabu desde que o mundo é considerado mundo, onde a mesma por falta de conhecimento era vista como aberração ou até mesmo como forma de castigo divino. Com isso, qualquer pessoa que não fosse dita como “normal” sofria segregação, ficando assim, a parte da sociedade.

Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus podiam sacrificar os filhos que nasciam com alguma deficiência. As leis romanas não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. A população encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam os deficientes como feiticeiros ou bruxos. Em Esparta eram lançados em precipícios, pois havia uma supervalorização do corpo belo e forte, pois favorecia a luta nas guerras. Sendo assim, crianças com deficiências ou doentes eram abandonados à própria sorte para morrer.

(Monteiro *et al.*, 2016, pp. 22-23)

Tomporoski, Lachman e Bortolini (2019) nos traz que a história da educação especial é dividida em quatro fases: a primeira é a da exclusão, a segunda a da segregação, a terceira que é a integração e a quarta a da inclusão.

Na antiguidade, que é a fase da exclusão, qualquer diferença que o ser humano pudesse ter, o mesmo já era excluído da sociedade. Já na segregação, as pessoas que eram tidas como diferentes eram separadas das demais e viviam a parte da sociedade. Na fase da integração, o indivíduo era inserido na comunidade, mas não era levado em conta suas particularidades. Diferentemente da fase da inclusão, que é a que vivemos hoje, onde o indivíduo é inserido na comunidade e se é adaptado tudo para que o mesmo possa estar em um ambiente equitativo.

Um marco significativo para educação especial a nível global foi a Declaração de Salamanca que ocorreu em 1994, onde foi estabelecido que a educação deveria ser inclusiva nas escolas regulares.

A Declaração de Salamanca refere que:

REAFIRMANDO o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais, RELEMBRANDO as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo, NOTANDO com satisfação o envolvimento crescente dos governos, dos grupos de pressão, dos grupos comunitários e de pais, e, em particular, das organizações de pessoas com deficiência, na procura da promoção do acesso à educação para a maioria dos que

apresentam necessidades especiais e que ainda não foram por ela abrangidos; e RECONHECENDO, como prova deste envolvimento, a participação activa dos representantes de alto nível de numerosos governos, de agências especializadas e de organizações intergovernamentais nesta Conferência Mundial. (UNESCO, 1994)

Com isso, vemos o quão importante foi a Declaração de Salamanca por todo o mundo, garantindo assim os direitos desse público que passa por tantas mazelas, pois a mesma assegurou que todos os indivíduos de todas as partes do mundo poderiam ser assistidos pelas políticas públicas destinadas a eles até nos lugares mais longínquos.

1.3. Educação Especial no Brasil

Silva (2016) nos traz que o processo da inclusão da educação especial no Brasil foi composto de um processo de transformação bem longo, já alcançamos muitas coisas, mas para chegarmos até o que temos hoje a respeito desse assunto, houve muita discriminação e preconceito a esses sujeitos.

A educação especial no Brasil teve seu pontapé inicial com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 no Rio de Janeiro no governo imperial de Dom Pedro II.

“Inicialmente, o atendimento à diversidade era oferecido somente por instituições de iniciativas pessoais e privadas e as classes especiais surgiram apenas como alternativa de conseguir separar os alunos “normais” dos ”anormais" . (Silva, 2016, p. 2).

Vemos com isso então, que mesmo depois que a educação especial se iniciou no Brasil, a segregação era muito forte, pois somente quem tinha um bom poder aquisitivo e podia pagar que eram beneficiados a ter acesso a educação, mesmo que os mesmos fossem nas classes

especiais, mas tinham, diferentemente dos podres, que nem as classes especiais alunos eram incluídos.

E como retrata Pereira (2024, p. 21) em seus escritos:

A Educação Especial no Brasil enfrenta desafios complexos apesar dos avanços na inclusão. Estratégias pedagógicas inclusivas e adaptações são cruciais. A verdadeira inclusão requer transformação educacional e compromisso com a igualdade. Educadores bem treinados, escolas equipadas e políticas públicas adaptáveis são essenciais. Esforços coordenados são fundamentais para uma Educação Especial inclusiva e de qualidade para todos os brasileiros.

A educação especial no Brasil traz consigo ainda muitas mazelas, por mais que já tenhamos avançado muito no decorrer da história. Fatores primordiais quando pensamos nessa modalidade é que se seja pensado em estratégias pedagógicas para esse público, assim como adaptações seja no currículo, seja no espaço, seja na forma de agir e pensar com esses alunos.

Para que a tão sonhada inclusão aconteça de maneira efetiva, faz-se necessário uma transformação propriamente dita, onde os envolvidos no processo tenham a preocupação de fato com educandos, sendo comprometidos com uma sociedade igualitária para todos de forma equitativa.

Para isso, se faz necessário que tenhamos profissionais preparados e capacitados para trabalhar com esses educandos, assim como, espaços educativos preparados com adaptações para que esse educando seja trabalho de forma integral e políticas públicas que garantam que esses direitos sejam garantidos a todos.

1.4 Educação especial no Amazonas, Manaus

Como já vimos todo o percurso da educação especial da antiguidade até aqui, assim como do ponto de vista global, perpassando o território brasileiro para chegarmos no estado do Amazonas, especificamente na cidade de Manaus. O estado do Amazonas é conhecido por suas características geográficas complexas, constituída de áreas rurais remotas, assim como de comunidades ribeirinhas e indígenas. Portanto, para que haja uma melhor compreensão deste território e suas particularidades, trouxemos esse mapa da cidade Manaus.

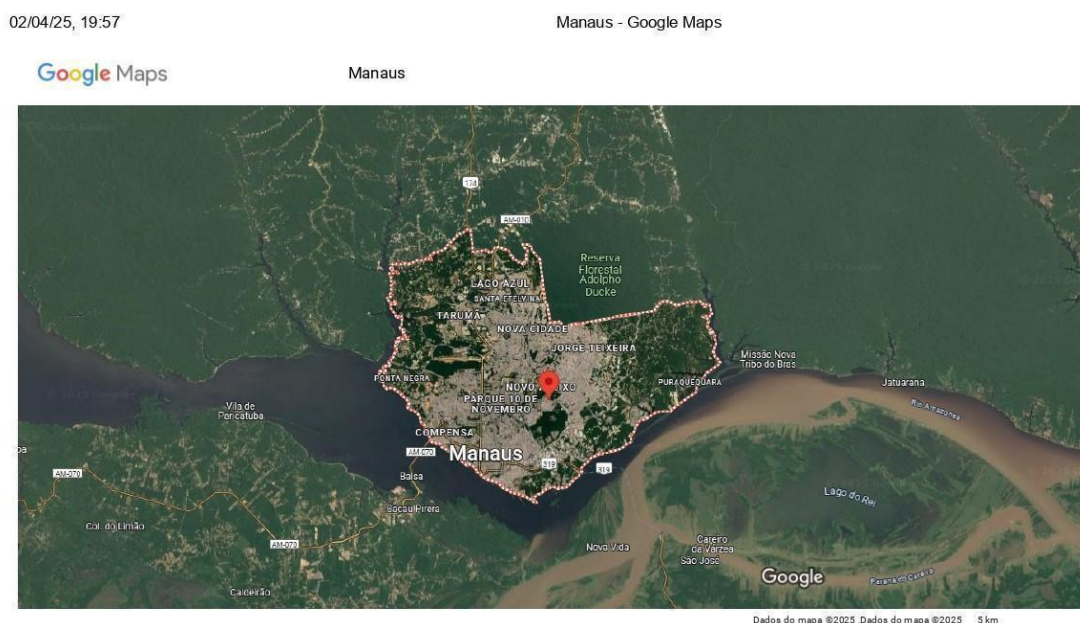


Figura 1: Mapa da cidade de Manaus. (Fonte: Google Maps)

Essas características próprias desse território torna tudo desafiador, fazendo com que haja dificuldades logísticas, fazendo com que haja a necessidade de desenvolver estratégias a fim de minimizar essas particularidades nesses lugares.

Como retrata Souza (2024, p. 35) em seus escritos: “As longas distâncias e as condições geográficas tornam o acesso à educação um desafio, exigindo soluções específicas e criativas

para levar o ensino a todas as regiões do estado, respeitando as diferentes culturas e realidades presentes em cada uma delas.”

Vinente e Galvani (2016) trazem em seus estudos que o atendimento ao público das pessoas com deficiência teve seu pontapé inicial com a iniciativa privada em 1943 com a criação do Instituto Montessoriano Álvaro Maia.

Eles trazem ainda que as essas primeiras instituições que surgiram na década de 1940 eram filantrópicas, onde o Estado ofertava formações para os docentes e a igreja católica ficava com a parte de ofertar cursos de aperfeiçoamento direcionados a pessoas que trabalhavam com os indivíduos surdos. (Vinente & Galvani, 2016)

A educação especial no estado do Amazonas ainda é uma modalidade da educação nova, com isso ainda estamos no início da nossa história, que teve seu início lá na década de 1940, onde teve seus primeiros passos dados através da iniciativa privada.

A educação especial mesmo com todo o histórico de discriminação e exclusão vem ganhando o seu espaço, pois cada vez mais os sujeitos estão conhecendo seus direitos e entendendo que tem sua importância na sociedade.

Em Manaus, especificamente na Prefeitura Municipal na Secretaria de Educação, nos últimos anos esse público está sendo valorizado e estão sendo vistos com parte da comunidade, com isso os mesmos estão sendo assegurados com políticas públicas destinadas a esses sujeitos.

Hoje na cidade Manaus, podemos encontrar várias escolas especializadas em educação especial, tanto da rede pública municipal e estadual como privada. Na rede pública estadual encontramos a Escola Estadual (E. E.) Manoel Marçal de Araújo, E. E. Joana Rodrigues Vieira, E. E. de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz, E. E. Augusto Carneiro dos Santos e E. E. Diofanato Vieira Monteiro. Já na esfera municipal pública, temos os Centros Municipais de Educação Especial (CMEE) que são: CMEE Delano Tadeu Pereira de Almeida e o CMEE Yumi Odani, a Escola Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo e

Espaço de Atendimento Multidisciplinar do Autista Amigo Ruy. Mas, também temos outros locais de ensino em Manaus, mas da esfera da rede particular que são: Centro de Educação Especial Maria das Graças, Centro de Educação Especial Shirley Bessa, Centro Pedagógico de Estudo Dirigido, Espaço Pedagógico Reaprender, Centro Educacional Shirley Amaral, Centro Educacional Escolar, Escola Ame, Associação Sensus Speciale, Associação de Apoio Lar de Vitória, dentre outros.

Fora esses lugares específicos para se desenvolver a educação especial, temos as salas de recursos que são espaços localizados em escolas de ensino regular possibilitando a inclusão dos estudantes, contando com profissionais qualificados para trabalhar com esse público, espaço específico e materiais adequados para desenvolver/aprimorar as habilidades desses educandos.

Cada vez mais as salas de recursos estão sendo mais encontradas nas escolas públicas municipais de Manaus, portanto aos poucos estamos evoluindo e tornando efetiva a inclusão nesta cidade. Sabemos que ainda temos muito a evoluir, mas aos poucos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades estão começando a ser assistidos.

Em Manaus, temos 217 salas de recursos, mas especificamente na zona rural de Manaus temos 6 salas de recursos funcionando ativamente, com sala apropriada, professor especializado e com recurso financeiro direcionado pelo governo federal. Porém, temos também as escolas que receberam o recurso, mas não tem professor e nem espaço; ou tem a sala, mas não receberam o recurso; ou até mesmo a que tem o espaço, recebeu a verba federal, porém a escola não tem professor qualificado para atuar na sala de recursos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destina o valor de R\$20.000,00 para as escolas que assinalam no Censo Escolar é uma pesquisa estatística realizada nas instituições de ensino, onde são coletados dados sobre a educação no Brasil.

Através desse levantamento, são selecionadas escolas que tenham alunos com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades com laudos, são escolhidos para receber essa verba.

Na zona rural de Manaus temos ao todo 85 escolas, entre elas, 51 escolas tem alunos inclusos, dentre elas 41 escolas tem estudantes com TEA onde encontramos 168 estudantes inclusos em sala regular, conforme documento extraído do Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGEAM), que é condizente ao anexo 1.

Esse sistema, como traz a autora Souza (2024, p.73) possui um: “Módulo Especial, disponibilizado para o acompanhamento e gerenciamento do aluno com necessidades especiais.”, facilitando a compilação de dados a respeito desses alunos. Conforme podemos ver abaixo o sistema SIGEAM nos possibilita várias possibilidades através de relatórios gerados por esse sistema como podemos ver nas figuras abaixo:

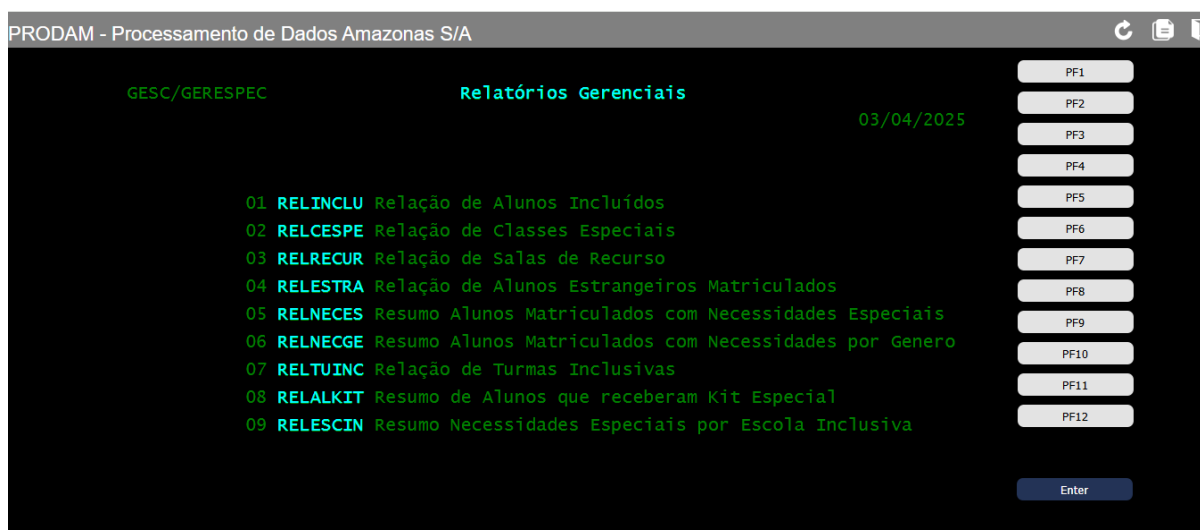


Figura 2: Relatórios Gerenciais da Educação Especial. (Fonte: SIGEAM)

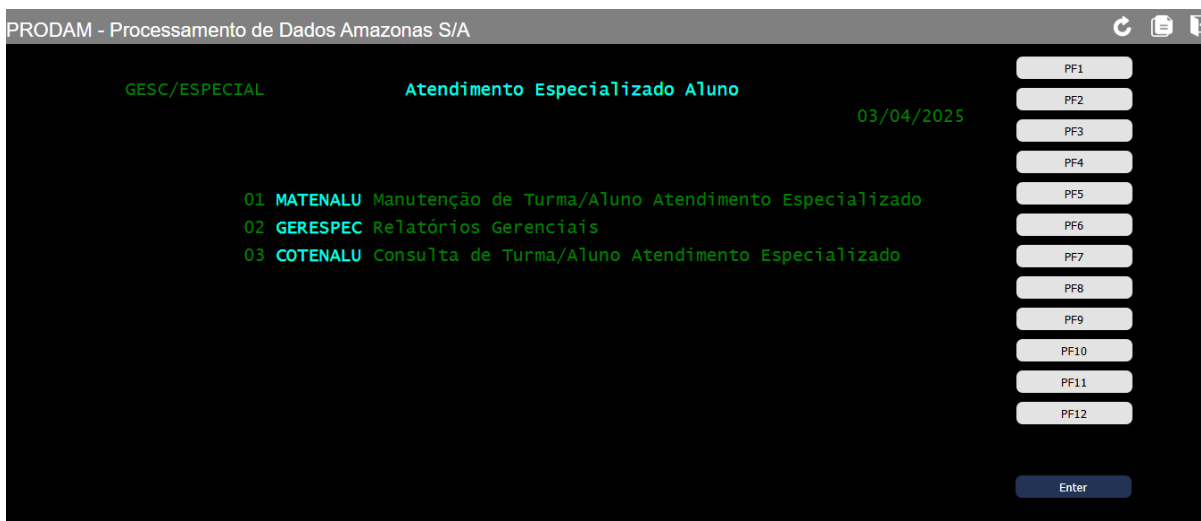


Figura 3: Atendimento Especializado aos Alunos. (Fonte: SIGEAM)

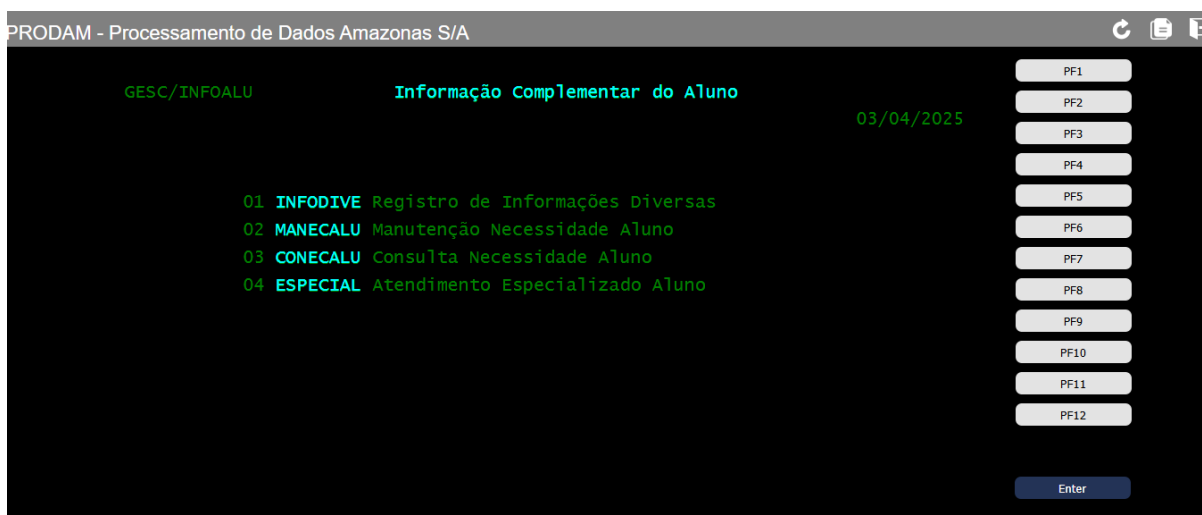


Figura 4: Informações Complementares dos Alunos da Educação Especial. (Fonte: SIGEAM)

Vemos então que a educação especial, especificamente na cidade de Manaus, tem tido vários avanços, por meio das políticas públicas com a destinação de verbas, assim como a compilação de dados de estudantes com algum tipo seja de necessidade especial através de um sistema, mas sabemos que ainda temos muito a avançar.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo é uma modalidade de ensino destinada à população de cidadãos do campo, sejam eles agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas e seringueiros que residem em espaços rurais.

Os colégios situados na zona rural representam uma parcela significativa do sistema educacional de Manaus, onde os mesmos atendem a essas comunidades que são permeadas por tantos desafios tais como: longas distâncias para chegar até a escola, infraestrutura muitas vezes inadequadas e acesso limitado a recursos tecnológicos. (Souza, 2024)

Em Manaus, temos a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que é a responsável pela a educação do município e além dela temos A Divisão Distrital Zonal (DDZ) Rural que é responsável pelas escolas do campo, tanto as ribeirinhas que são as localizadas as margens do rio Negro e do rio Amazonas quanto as da área rodoviária que compreendem as escolas localizadas nos perímetros da AM010 quanto da BR174.

A educação do campo é uma modalidade de ensino voltada para os indivíduos que residem nas áreas rurais, onde deve-se ser pensado nas particularidades desses sujeitos. Onde como traz a autora Lopes (2021), as escolas do campo devem ter a preocupação com a adaptação do currículo, levando em consideração a realidade do educando.

A autora Souza (2024) nos traz que as instituições de ensino rurais tem um papel muito significativo na comunidade onde estão inseridas, sejam elas nas áreas ribeirinhas, sejam elas nas áreas rodoviárias. Essas escolas são de suma importância, pois garantem o acesso a educação nessas regiões que são mais afastadas do perímetro urbano, que são marcadas por desafios geográficos e socioeconômicos

A educação do campo é uma proposta abrangente que visa à formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. (Paraná, 2013, p. 02)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um movimento social que está muito ligado diretamente a luta da educação do campo, pois eles defendem o direito do trabalhador rural, onde esses indivíduos devem ter direito a educação de qualidade. Como afirma a pesquisadora Andrade (2024, p. 21): O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por exemplo, tem defendido a educação como um direito fundamental dos trabalhadores rurais desde o início de suas lutas.

Souza (2024, p. 8) nos traz que: “As escolas rurais, essenciais para o acesso à educação de qualidade em áreas remotas, enfrentam desafios geográficos e socioeconômicos”.

1. A historicidade da Educação do campo

A modalidade de ensino da educação do campo ainda é nova se não levarmos em consideração as outras designações que fizeram parte desse modelo de educação, levando em conta que as populações rurais já existem há um tempo.

Sabemos ainda que a educação nem sempre foi um direito de todos, com isso, os cidadãos que optaram por ficar nas áreas rurais acabavam por ficar esquecidos tendo em vistas que os mesmos eram uma pequena parcela da sociedade.

Com o advento da Revolução Industrial, no início do século XVIII, muitas pessoas tiveram que sair do campo em busca de trabalho nas cidades, porém muitas ainda

permaneceram no campo, com isso com o tempo viram a necessidade de prover a educação para essa parte da população.

Barros e Ferreira (2022) afirmam que a Revolução Industrial acarretou muitas mudanças, porém a educação do campo não teve atrelada a ela as necessidades supridas, pois esse momento histórico foi pensado nas maiorias e o povo rural era uma minoria da população, então não eram vistos como importantes.

1.1 Brasil como precursor da educação do campo

Quando falamos em educação do campo o Brasil tem um papel muito significativo, pois é o pioneiro em tratar de políticas públicas para esse público que com a ascensão do mundo moderno foi esquecido.

O termo Educação do Campo teve seu marco inicial em 1997 no 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), onde a partir desse marco houve um pontapé inicial para tratarmos desse tema tão pertinente, como traz a autora Soares (2018, p. 240): “O movimento Educação do Campo tem sua origem em 1997, durante o 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA).”.

Esse encontro foi uma largada para tratativas nesse âmbito, pois o povo do campo era visto com uma parcela da sociedade que era a parte, muitas vezes até como não integrantes, então vemos o quão importante se faz:

Construir uma política de educação do campo referenciada na grande diversidade das populações rurais brasileiras é uma tarefa a que o Ministério da Educação, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, tem

se dedicado com grande zelo em virtude do reconhecimento da enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação. (BRASIL, 2012, p. 4).

Soares (2018) afirma que muitos grupos se uniram e fizeram parte desse primeiro encontro para tratar sobre a educação do campo como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Universidade de Brasília (UnB), do Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Medeiros e Aguiar (2015) nos trazem que quando pensamos nas escolas destinadas aos povos campestres logo nos remetemos a escolas que só se aprende a ler com métodos arcaicos, escolas bem simples e pequenas, escola que se aprende só o básico. Contudo, vemos que muito já se evoluiu a partir da década de 1990 para cá, desde que houve essa mobilização de vários grupos sociais para tratar dessa problemática.

1.2. Legislações que permeiam a educação do campo

Sabemos que as leis são de suma importância para a garantia da execução de um determinado assunto seja de fato executado, portanto as políticas públicas são de suma importância para que os direitos dos sujeitos estejam assegurados.

1. 3. Constituição de 1988

Sabemos que a Constituição de 1988 é a legislação mor do Brasil, pois ela estabelece nossos direitos e deveres, com isso se faz necessário analisá-la no âmbito de qualquer assunto que esteja ligado aos interesses dos cidadãos.

Portanto, ao examinar esse conjunto de leis podemos ver que não há um artigo específico que retrata a educação do campo, porém o artigo 205 nos traz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

No artigo 206 é assegurado que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”

Após analisarmos os artigos que falam sobre educação, concluímos que mesmo que não haja um artigo falando exclusivamente da educação do campo, há a garantia da educação para todos, proporcionados tanto pelo Estado quanto pela família. Assim como todos devem ter o direito de estar na escola com condições igualitárias, independentemente do local onde estejam inseridos, bem como, igualdade dos benefícios que os indivíduos do meio urbano tenham.

A educação do campo, tem um papel social muito importante, pois traz voz a um povo que por muito tempo foi ignorado e até mesmo como se não existissem, tendo em vista que viviam afastados do restante da sociedade, viviam a margem.

1.4. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Já na LDB temos um artigo destinado exclusivamente para à educação do campo, com isso vamos entender melhor os direitos desses sujeitos rurais no que tange a lei mais importante no que se refere à educação.

A LDB nos traz no artigo 28 que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- (i) conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância;
- (ii) - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- (iii) - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Com isso ao analisarmos esse artigo concluímos que a educação básica deve ser oferecida aos sujeitos que residem nas zonas rurais do país, onde as instituições de ensino deverão se adequar a realidade daquele povo, adaptando os conteúdos, utilizando assim metodologias pertinentes à realidade dos educandos, a escola poderá ter um calendário próprio

respeitando as particularidades do ambiente, assim como se adequar a realidade da natureza do trabalho da zona rural.

No entanto, para que se feche uma escola situada na zona rural, deverá se analisar bem todos os fatores para que não haja nenhum tipo de prejuízo para os educandos que ali residem.

1.5. A EDUCAÇÃO ESPECIAL EDUCAÇÃO frente aos desafios da EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que se pensada de maneira isolada já tem suas particularidades, agora se pensarmos nela atrelada à educação do campo, vemos que os desafios são ainda maiores. Tendo em vista que ambas tem uma história de luta no decorrer de sua cronologia.

Isso porque, no Brasil, os serviços educacionais para pessoas com deficiência foram construídos separadamente da educação para pessoas que não apresentavam uma diferença ou característica definida, descrevendo-a como "incomum". Dessa forma, a educação especial constitui um campo de ação específico, muitas vezes sem diálogo com a educação geral. Isto é, a separação se concretiza na existência de sistemas educacionais paralelos, deixando o atendimento aos alunos com deficiência acontecer de forma separada e em espaços diferentes dos outros alunos. (Pereira, 2024, p. 20)

Ambas as modalidades de ensino no decorrer do seu percurso histórico foram pensadas de maneiras isoladas, uma não levava em consideração a outra, dificultando assim a interação entre ambas, tendo em vista que há a necessidade que elas conversem entre si, já que essas modalidades conversam entre si.

São muitos os desafios que perpassam a inclusão escolar e vão além da formação de professores, perpassam a falta de recursos, infraestrutura precária e as condições

socioeconômicas difíceis que acabam por afetar a consideravelmente a inclusão na escola de alunos com pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação no ensino regular como afirma Pereira (2024).

Os desafios são tantos que permeiam a educação do campo, a dificuldade já começa para chegar nas escolas rurais, pois algumas dessas localidades, ficam localizadas em lugares de difícil acesso, tanto para os alunos quanto para a comunidade escolar. Com isso, essas escolas tem particularidades que só se encontram na zona rural, pois os professores que residem na área urbana de Manaus, só conseguem chegar nessas escolas com transporte escolar, sejam eles ônibus escolar ou lancha escolar.

Uma outra particularidade que encontramos nas escolas da zona rural é que temos dois calendários escolares que são: o calendário regular que é o usado na área urbana e rodoviária e o calendário das escolas ribeirinhas, onde se é levado em consideração o ciclo das águas, em virtude de termos dois períodos no ano, o da cheia e o da vazante, onde no período da cheia os alunos estudam já que se torna mais fácil a locomoção pelos rios e a da vazante, onde os alunos ficam de férias, pois fica mais difícil o acesso pelos rios, já que o mesmo tem o processo de descida dos níveis das águas do rios e seus afluentes..

Com isso, vemos que esses estabelecimentos de ensino tem suas particularidades que acabam por dificultar a permanência na escola principalmente para esses educando que tem algum tipo de particularidade, sejam eles fatores como a distância e locomoção até esses espaços por conta da acessibilidade, como até mesmo a infraestrutura dessas escolas que muitas vezes não são adaptáveis para esses alunos que tenham qualquer tipo de necessidade educativa especial.

Geograficamente as escolas rurais em Manaus são divididas em rodoviária e ribeirinha. Onde as escolas rodoviárias compreendem as escolas situadas nas rodovias Am 010 e Br 174

seus ramais adjacentes. Já as escolas ribeirinhas são compostas pelas instituições de ensino localizadas no Rio Negro e Rio Amazonas.

3. AUTISMO

O autismo é denominado cientificamente por Transtorno do Espectro Autista (TEA) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dentro da designação da educação especial o TEA é classificado como um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

O Transtorno Global do Desenvolvimento segundo Sousa (2015):

“[...] são distúrbios nas interações sociais recíprocas que costumam se manifestar nos primeiros 5 anos de vida. Suas características podem ser facilmente observadas através dos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, e também pelo estreitamento nos interesses e nas atividades, sendo comumente conhecido como autismo.”

As características do TGD podem começar a ser observadas ainda na primeira infância, que é quando a criança começa a frequentar o ambiente escolar. É nesse ambiente que muitas vezes essas características ficam mais acentuadas, pois os comportamentos das crianças que possuem TGD se diferem das outras.

Os estudos sobre o transtorno do espectro autismo começaram a ser abordados a partir de Kanner, em seu artigo: Distúrbios autísticos do contato afetivo. Onde abordava que as crianças autistas não estabelecem relações sociais como outras pessoas, nessa mesma perspectiva, elas demoram mais para fazerem uso da linguagem e não são habituados a mudanças. Todavia, não nascem com nenhuma deformidade física, pelo contrário, são pessoas de aparência igual as demais.

São chamadas autistas as crianças que tem inaptidão para estabelecer relações normais com o outro; um atraso na aquisição da linguagem e, quando ela se desenvolve uma incapacidade de lhe dar um valor de comunicação. Essas crianças apresentam igualmente estereotípias gestuais, uma necessidade imperiosa de manter imutável seu ambiente material, ainda que deem provas de uma memória frequentemente notável. Contrastando com esse quadro, elas tem, a julgar por seu aspecto exterior, um rosto inteligente e uma aparência física normal. (Kanner, 1943 apud Leboyer, 2003).

Os autores acima nos trazem que são chamadas de autistas as crianças que tem dificuldade de interação com os demais, assim como um atraso na linguagem e também tem uma dificuldade significativa de comunicação. Elas trazem consigo características marcantes como estereotípias gestuais, tem dificuldade com qualquer mudança no ambiente. As mesmas não são marcadas por características físicas aparentemente que as designam como autistas.

Com isso, vemos que as características que podem nos fazer reconhecer um indivíduo com TEA não é através de características físicas e sim comportamentais, pois os mesmos se não forem observados com mais atenção, esse transtorno pode até passar despercebido.

Segundo Cunha (2014, p.19) “O transtorno do espectro autista manifesta-se nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos”.

O TEA tem suas causas desconhecidas, porém estudos comprovam que a genética contribui para o aparecimento desse transtorno que atinge muitas crianças. Pesquisas afirmam que essa síndrome é muito complexa, com isso são considerados vários aspectos, como características do TEA. Fazendo com que haja uma dificuldade em delimitar sinais em uma criança que tenha esse transtorno.

A autora Leite (2021, p. 61) nos traz também que:

Os Transtornos do Espectro do Autismo (TEA's), também conhecidos como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, incluem transtorno autista, Síndrome de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento - Não Especificado (PDD-NOS; American Psychiatric Association, 2000). O termo "Espectro" refere-se à ampla gama de deficiências ou deficiências que as crianças com TEA têm. A interação social e a mídia são áreas centrais de comprometimento, mesmo para alunos com síndromes autistas de alto funcionamento, como Asperger (AS) Os alunos com AS podem ser proficientes em tarefas acadêmicas e de trabalho, mas muitas vezes falham na escola ou no trabalho devido às demandas sociais.

O transtorno do espectro autista, ao longo dos anos, passou por mudanças na sua nomenclatura. Como afirma o autor, nos dias atuais a partir do CID-10 é classificado como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. O que era chamado inicialmente Distúrbios Autísticos do Contacto Afetivo, hoje denomina-se de transtorno do espectro autista e tem como graus de severidade: leve, moderado e severo.

Refletido ainda nessa perspectiva, podemos salientar que a inclusão dessa criança autista no contexto escolar regular rural ainda tem suas debilidades. As escolas têm o dever de ser inclusivas, apesar disso não acontecer na maioria dos casos.

Segundo Glat (2009), “[...] é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, [...] são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem”. A educação inclusiva é um direito de todos, não podendo haver assim nenhuma restrição nas escolas regulares.

Sousa (2015) percebe a inclusão como um desafio que a escola de ensino regular deve abraçar. Apesar das escolas regulares estarem longe de serem intituladas inclusivas. Normalmente as escolas ditas inclusivas tratam de forma exclusiva essas crianças, pois não estão dispostas a mudar sua base.

A prática da inclusão deve ter como garantia alguns aspectos, como a igualdade entre todos e a educação de excelência para todos. A escola tem como dever incluir todos sem distinção, contando com a preocupação de atender a todas necessidades dos envolvidos na prática pedagógica. Portanto, Carvalho (2012) afirma que:

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule, não “expulse” alunos com “problemas”; uma escola que enfrente [...] a grave questão do fracasso escolar e que atenda a diversidade de características de seu alunado.

Cunha (2015) refere que as escolas inclusivas que atendam alunos com o transtorno do espectro autista devem ter em sua estrutura uma sala de recursos, todavia o mesmo deve ser incluído em uma sala de aula regular. Pois, o aluno com esse transtorno perde a atenção muito rápido nas atividades, todavia deve haver uma preocupação com as questões de socialização. Esse aluno deve ser ensinado sempre de maneira lúdica e contínua, esse aluno deve ser sempre instigado e no seu ensino deve acontecer sempre situações novas sobre o mesmo assunto, a fim de que o aluno tenha o interesse em aprender determinado assunto.

[...] a educação inclusiva não se resume a matrícula do aluno com deficiência na turma comum na turma comum ou a sua presença na escola. Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para a convivência, um ambiente onde ele

aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. (GLAT, 2009, p. 17)

A escola inclusiva deve ter a preocupação não apenas com as matrículas dos alunos, a mesma deve ter a preocupação, sobretudo da permanência dos alunos no ambiente escolar.

A escola deve estar sempre disposta a inovar, a fazer do âmbito escolar um lugar atrativo para as crianças.

Quando se refere principalmente aos alunos com TEA, aí é que a preocupação deve ser maior por conta da dificuldade que o aluno com esse transtorno enfrenta, pois é no ambiente escolar que esse aluno tem a possibilidade de socializar com crianças da sua faixa etária.

Na cidade de Manaus- AM deu-se início ao processo de inclusão de alunos com transtornos do espectro autista no sistema regular a partir das diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-PEI/2008 e pela Lei 13.146/15, como afirma Silva (2013, p. 39). Com isso, vemos que ainda é recente esses avanços na educação especial e que ainda há muito a conquistar.

1. Políticas Públicas

As políticas públicas nada mais são do que um conjunto de leis que são oriundas de ações e decisões são adotadas pelo Estado a fim de promover uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Se pensarmos em políticas públicas direcionadas a educação, logo se subentende que são as leis destinadas aos âmbitos educacionais. Portanto, vamos entender melhor o que são de fato as políticas públicas, bem como conhecer as principais leis que asseguram os direitos dos sujeitos-alvos da educação especial como um todo, mas também as direcionadas ao autismo.

A autora Pereira (2024, p. 25) diz-nos que:

As políticas públicas são um conjunto de processos criados pelos governos, seja nacional, estadual ou municipal, para atender às necessidades do público. Essas políticas são desenvolvidas para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição e outras leis, com o objetivo de resolver problemas públicos. [...]. Além disso, as políticas públicas são aplicadas de maneira diversa e seu sucesso depende de questões como a implementação, a monitoração e a avaliação de seus resultados.

Dentro dessa perspectiva, as políticas públicas podem ser de todas as esferas que compõem o Estado, com o intuito de que seja garantida às necessidades da sociedade, porém para o sucesso na execução dessas legislações, são mediadas por fatores externos, como a implementação, monitoração e avaliação dos resultados.

Para Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 28) as políticas públicas: “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.”

As políticas públicas são pensadas no bem da sociedade como um todo, onde são utilizadas verbas do poder público em prol de um bem comum.

As Políticas públicas podem ser definidas como o conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos. (Brasil, 2021, p. 10)

As políticas públicas têm o objetivo de intervir em uma problemática que seja muito recorrente, tendo o intuito de viabilizar essa problemática objetivando solucionar ou minimizar os impactos que envolvem essa temática.

Um dos principais objetivos das políticas públicas é garantir que os recursos públicos sejam usados de forma eficaz e eficiente para o benefício da população. Portanto, elas ajudam a regular a relação entre o Estado e os cidadãos. (Andrade, 2024, p. 18)

A autora ainda nos traz que as políticas públicas são de suma importância para que haja o direito à informação, pois através delas há o estabelecimento dos procedimentos que devem ser obedecidos para acessar, processar e divulgar as informações para a sociedade.

Segundo Andrade (2024), se pensarmos em políticas públicas voltadas ao público da educação especial que estão inseridos no campo, essas legislações vem para minimizar os desafios enfrentados pelos indivíduos que residem nas comunidades rurais, a fim de proporcionar a todos uma educação com equidade, levando em consideração os fatores externos que permeiam esse povo como pouco recurso financeiro, pessoas não qualificadas a trabalhar com esse público, pouca acessibilidade por meio dos transportes, assim como o acesso limitado a tecnologia.

Com isso, se pensarmos em políticas públicas voltadas exclusivamente aos autistas que vivem na zona rural, deve-se ter a preocupação de ser pensado nas particularidades que esses sujeitos têm e onde estão inseridos.

Faz-se necessário analisar o campo das políticas públicas voltadas à educação. Com isso, vale ressaltar que com o passar do tempo, essa temática foi ficando mais complexa, pois o poder público atualmente não age mais de maneira isolada, levando em consideração os agentes que são beneficiados com essas legislações.

As políticas educacionais são elaboradas sem uma verdadeira compreensão ou consideração das realidades rurais. A ênfase em uma perspectiva urbana nos currículos e discursos educacionais não só desvaloriza a experiência rural, mas também falha em fornecer uma educação relevante e eficaz para os estudantes do campo. (Souza, 2024, p. 29)

As políticas públicas voltadas a promover uma educação de qualidade tem sido um dos focos do Estado nos últimos tempos, onde se tem por objetivo melhorar a qualidade da educação, garantindo assim um acesso que seja equitativo, inclusivo e igualitário para todos, desde o início ao final da vida escolar dos educandos.

“Os estados elaboram e promulgam políticas públicas, mas as instituições regionais, de um lado, e as organizações internacionais, de outro, são cada vez mais protagonistas na construção, legitimação e instrumentalização das políticas educativas.” (Andrade, 2024, p. 18)

O intuito dessas políticas educacionais são: melhorar as condições e garantir a qualidade da educação básica para todos, promovendo assim uma educação de excelência para todos, para que assim possamos atingir os melhores índices no que tange a excelência no aprendizado dos educandos. Como afirma a autora Andrade (2024, p. 18) “Algumas das principais intenções das políticas públicas educacionais brasileiras incluem: melhorar as condições e a qualidade da educação básica”.

A preocupação com o lado social também tem sido uma preocupação latente, com isso os educandos de baixa renda ganham incentivos do governo, incentivando assim a frequência nas escolas. Bem como, o incentivo da participação efetiva da família e da comunidade na escola. Portanto, os educandos da zona rural são beneficiados também, se levarmos em conta a situação econômica da maioria dos estudantes.

Portanto, agora iremos conhecer as legislações que asseguram os direitos desses educandos que residem no campo e são público da educação especial, mais especificamente os alunos com TEA.

1.1 Constituição Federal de 1988

A educação é um direito garantido por lei como traz o artigo 205 da CF de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Com isso, vemos que a educação é um direito assegurado pela Constituição Federal, portanto a mesma é um direito de todos sem distinção.

Ainda na Constituição Federal de 1988, agora no Art. 208, inc. III, nos apresenta que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” , sendo assim vemos que os alunos seja com deficiência, seja transtornos globais do desenvolvimento, seja altas habilidades ou superdotação tem direito a um atendimento educacional diferenciado do demais, onde se é levado em consideração as características específicas.

A partir então da Constituição Federal de 1988, os estudantes que tenham alguma necessidade específica tem seus direitos assegurados a partir da legislação por todo o território brasileiro.

1. 2. Leis de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB)

A LDB (Leis de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional), Lei nº 9.394/1996, é a responsável por definir e regulamentar a educação no Brasil, onde a mesma é considerada a legislação mais importante quando se refere a educação, seja a educação na esfera pública quanto na privada.

Segundo a LDB (1996) traz em sua primeira edição no artigo 58 que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”.

Já em sua reformulação, na redação dada pela lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013 diz que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com isso vemos que a partir de 2013, entendeu-se que o público que também compreende a educação especial compreende além dos estudantes com deficiência, os alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A discussão sobre ambas as vertentes são de suma importância, tendo em vista que ambas as perspectivas são necessárias, onde deve-se levar em consideração as particularidades de cada aluno, para que assim todos sejam atendidos de forma equitativa e integral, respeitando assim o indivíduo como ser único.

A LDB expõe em seu conteúdo a importância e a obrigatoriedade da inclusão de alunos com qualquer tipo de necessidades especiais nas escolas de ensino regular, oferecendo uma educação de qualidade promovendo o desenvolvimento desse aluno de forma integral.

1.3. Política Nacional de Educação Especial- PNEE

A PNEE surgiu da necessidade que as instituições de ensino deveriam ser inclusivas, e consequentemente um direito de todos, onde se deve ser levado em consideração: “como” atender aos educandos da educação especial, respeitando suas características e peculiaridades, para que seja garantida a possibilidade de desenvolvimento e inclusão social, acadêmica, cultural e profissional.” (Brasil, 2020, p. 11).

A PNEE enfatiza a perspectiva que a educação especial deve ter que é a de equidade, inclusão e que o aprendizado deve permear toda vida do indivíduo, no qual deve-se levar em consideração que toda educação especial deve ser inclusiva. Onde faz-se necessário que haja uma reflexão se a inclusão que tanto se é falado acontece de fato, pois de nada adianta o aluno está incluso em um sala de aula regular e o mesmo não consegue acompanhar a turma devido suas particularidades, desse modo ao invés de acontecer uma inclusão acontece é uma exclusão. (Brasil, 2020)

Pereira (2024) traz que a PNEE na perspectiva da inclusiva traz consigo a oportunidade de fazer com que haja a inclusão de fato, possibilitando assim o acesso à educação para todos, onde traz que para que haja uma transformação de fato, faz-se necessário uma transformação educacional e compromisso com a igualdade por parte de todas as esferas.

1. 4. Lei nº 12.754, de 27 de dezembro de 2012

Essa lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece as diretrizes dessa conquista. A mesma traz que é considerada pessoa com TEA as que possuam as seguintes características clínicas conforme os incisos I, II e III:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Nos traz também que os indivíduos com TEA devem ser considerados pessoas com deficiência e que serão identificados através do símbolo de uma fita com quebra cabeça colorido, o mesmo que é símbolo mundial de conscientização do transtorno do espectro autista, onde ganharam o acesso prioritário onde estiverem, através da Carteira de Identificação da Pessoa com TEA.

Nesta lei foram criadas também as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com TEA, onde trazem 8 incisos, assegurando ainda que o poder público a fim de fazer acontecer que esses direitos sejam assistidos poderão firmar contratos públicos ou convênios com pessoas jurídicas de direito privado.

Assim como foi estabelecido como direitos a indivíduos com TEA com vida digna, proteção contra abusos e exploração, serviços de saúde e tendo direito ao acesso a educação, moradia digna, mercado de trabalho, assim com previdência social e assistência social.

Traz ainda que os discentes com TEA terão direito a um acompanhante especializado nas escolas regulares onde estudarem.

Além de que as escolas não poderão negar matrículas a esses estudantes, caso sejam notificados o diretor será punido com multa de 3 a 20 salários mínimos e em casos de reincidência, o mesmo poderá ser impedido de continuar no cargo.

Após a análise dessa lei de instituição dos direitos das pessoas com TEA, ela nos traz a garantia que os direitos dos autistas sejam assistidos integralmente, pois são levados em consideração fatores como: vida digna, proteção integral a essas pessoas, assim como acesso a ações e serviços de saúde.

Como também, a garantia de um profissional da educação de apoio que esteja acompanhando esse estudante nas salas de aula regulares. No âmbito escolar também é garantido que não se pode negar a matrícula a alunos com TEA, onde caso o diretor se negue, o mesmo deverá pagar multa e em caso de reincidência o mesmo perderá seu cargo.

E nos trouxe também que o autista tem direito a uma Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que garantirá o atendimento prioritário.

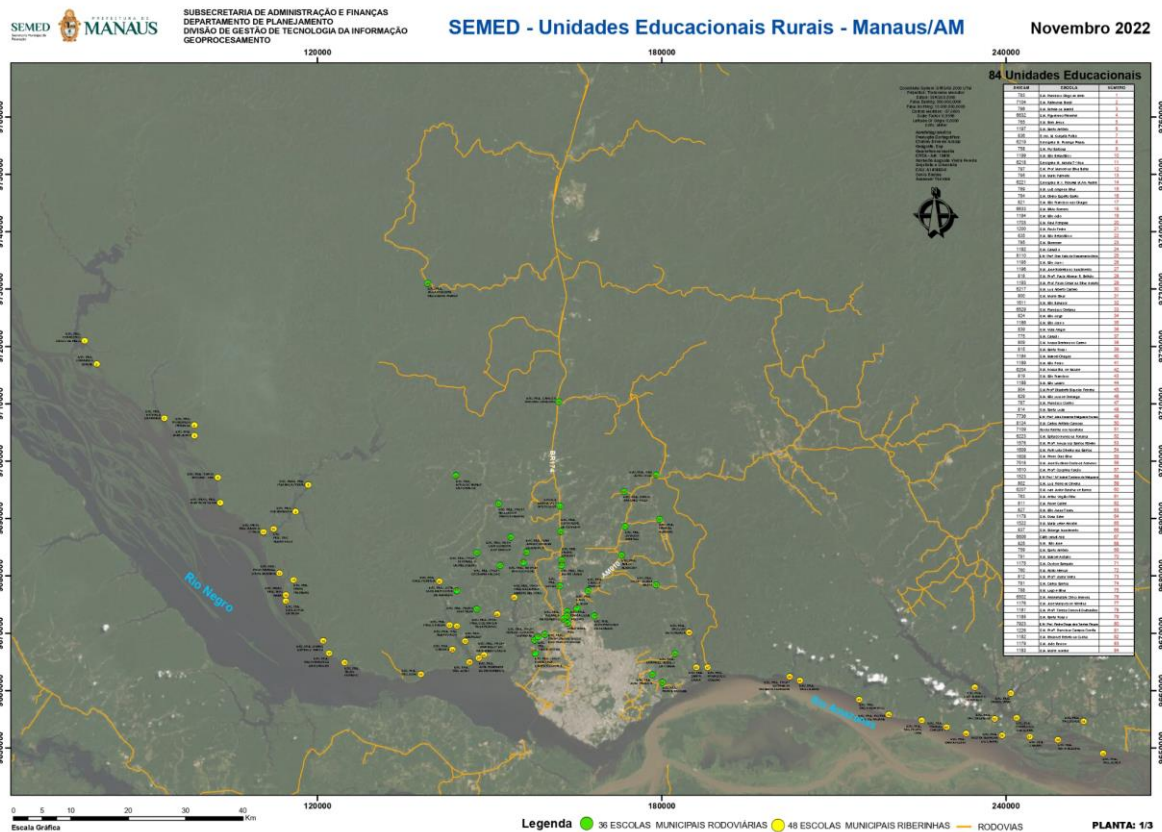


Figura 5: Mapa das Escolas Rurais de Manaus. Fonte: SEMED- Manaus

As escolas do campo são permeadas de desafios e se pensada agregada a educação especial, vemos que os desafios são maiores ainda quando analisamos os fatores específicos dessas modalidades dessa de ensino que por tantas vezes foram/são esquecidas ou deixadas de lado pelos poderes públicos.

1. 5. Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 07 de outubro de 2020

Analisando as políticas públicas relacionadas as salas de recursos a nível nacional temos a Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 07 de outubro de 2020 que nos traz o recurso financeiro destinado a preparar as salas de recursos multifocais e bilíngues de surdos para o atendimento educacional especializado, com o intuito que as escolas adquiram ou adequem suas salas que existam na escola.

O programa sala de recursos multifuncionais destina seus recursos para:

equipar salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos, destinadas ao atendimento educacional especializado, visando à aquisição ou adequação de itens que compõem essas salas às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da Educação Básica, em conformidade com o Programa Escola Acessível. (Brasil, 2020)

Esses recursos podem ser usados para a compra de insumos pedagógicos, como: cadeira de rodas, bebedouros que sejam acessíveis para todos, produtos tecnológicos, dispositivos e objetos que possam ser usados de forma pedagógica para o atendimento bilíngue de surdos, entre outros. (Brasil, 2020)

Com o intuito de promover a acessibilidade das salas de recursos específicas ou bilíngues de surdos destinadas ao processo de ensino-aprendizagem das unidades de ensino.

1.5.1. Sala de recursos e Apoio Escolar, ferramentas que auxiliam os estudantes alvos da educação especial

A sala de recursos e o apoio escolar são as ferramentas utilizadas no Município de Manaus como ferramenta de auxílio a esses sujeitos que são públicos da educação especial. Observamos ainda que ambos são temas novos a serem tratados nos Diários Oficiais do Município (DOM) como podemos ver nas figuras abaixo:

The screenshot shows the website of the Prefeitura de Manaus Diário Oficial. At the top, there is a search bar containing the text "SALA DE RECURSOS" and a "Buscar" button. Below the search bar, there is a navigation menu with years from 2000 to 2025. The main content area displays "Resultados da busca — 9 items matching your search terms". Below this, there is a table with two columns: "Data de Efetivação" and "Título".

Data de Efetivação	Título
31/03/2025	6040 caderno 1
07/03/2025	6024 caderno 1
10/09/2024	5906 caderno 1
02/05/2024	5817 caderno 2
22/05/2023	5611 caderno 2
10/06/2019	4677 caderno 1
18/09/2012	3013 caderno 1
24/01/2012	2855 caderno 1
31/08/2004	dom20041074cad1.pdf

At the bottom of the page, there is a copyright notice: "Copyright © 2025. Diário Oficial de Manaus | Portal da Cidade de Manaus. Última Modificação 02/09/2010 | Desenvolvido com Plone".

Figura 6: DOM que abordam sobre a Sala de Recursos. (Fonte: Diário Oficial de Manaus)

The screenshot shows the website of the Prefeitura de Manaus (City of Manaus) Diário Oficial. At the top, there is a search bar with the text "APOIO ESCOLAR" and a "Buscar" button. Below the search bar, there is a navigation menu with years from 2000 to 2025. The main content area displays "Resultados da busca — 6itens matching your search terms". Below this, there is a table with the following data:

Data de Elevação	Título
19/12/2023	5727 caderno 1
13/07/2016	3929 caderno 1
10/07/2009	dom243cad1.pdf
23/02/2007	1666 caderno 1
29/12/2006	1630 edição extra II
20/04/2006	dom20061465cad2.pdf

At the bottom of the page, there is a copyright notice: "Copyright © 2025 Diário Oficial de Manaus | Portal da Cidade de Manaus Última Modificação 02/09/2010 | Desenvolvido com Plone".

Figura 7: DOM que abordam sobre os Apoios Escolares. (Fonte: Diário Oficial de Manaus)

Portanto, como podemos ver nos DOM da cidade de Manaus, o termo sala de recursos só foi abordado em 2004 e apoio escolar em 2006, vemos então com isso que ambas as ferramentas ainda são novas e como muitos direitos a serem adquiridos, todavia, o público da educação especial vem ganhando seu espaço e sendo vistos como figuras primordiais na sociedade, onde devem ter seus direitos assegurados.

1.6. Portaria nº 2536/2023- SEMED/GS

Essa portaria institui na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus que para que seja enviado um profissional de apoio escolar para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas instituições de ensino é necessário que haja uma avaliação multiprofissional. Na qual a equipe do CMEE realizará essa avaliação. Assim como, haverá normas e critérios para que sejam realizadas as lotações dos profissionais da educação que atuarão como apoio escolar.

Essa avaliação da educação especial com multiprofissionais (fisioterapeuta, fonoaudiólogo pedagogo, psicólogo, psicopedagogo e assistente social), terá o intuito de analisar, orientar e recomendar quais serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) adequado para esse aluno

Após a avaliação é emitido um parecer técnico multiprofissional, onde terá validade de 2 anos, porém se houver a necessidade a unidade de ensino poderá solicitar uma nova avaliação, porém deverá ter um relatório pedagógico descritivo que aponte diferenças significativas no desenvolvimento do estudante.

Os estudantes que farão parte do processo e terão direito de usufruir desse serviço são as que estiverem matriculadas nas escolas públicas municipais de Manaus, desde que tenham um laudo/diagnóstico ou hipótese de deficiência.

Onde esse profissional atuará no auxílio de atividades como: auxílio na facilitação da realização da alimentação desse educando, auxiliará nas atividades que envolvam a higiene do aluno e na locomoção do aluno com deficiência, como também, no auxílio da realização das atividades escolares.

O profissional de apoio escolar poderá ser quem tenha ensino médio completo, a partir de 18 anos ou estagiário de nível superior de áreas afins a educação e a saúde, que estejam estudando a partir do 4º período. Onde o mesmo, deverá participar das formações continuadas realizadas pela SEMED (Manaus, 2023).

Após analisarmos essa portaria podemos concluir que os profissionais que atuam na rede pública de Manaus como apoio escolar, por ainda serem estudantes, acabam por não ter conhecimento científico adequado para lidar com esse público, já que os mesmos ainda são estudantes. Com isso, os alunos que tem esse acompanhamento encaminhado pela prefeitura de Manaus, poderiam ter um desenvolvimento mais adequado se fossem acompanhados por profissionais qualificados.

1.7. Lei nº 3260, de 03 de janeiro de 2024

Esta lei altera o artigo 1º da Lei nº 2195, de 29 de dezembro de 2016, onde os Direitos das Pessoas com Deficiência passam a ser um tema transversal que deve ser ministrado em todas as escolas públicas municipais de Manaus. (Manaus, 2024)

Art. 1º Ficam obrigadas as escolas da rede municipal de ensino a incluir, nos conteúdos programáticos das disciplinas do ensino fundamental, sem prejuízo de outros a serem determinados pelo Conselho Municipal de Educação, os seguintes temas:

XVII - Direitos das Pessoas com Deficiência. (Manaus, 2024)

Com essa lei em vigor, esse tema que é tão importante ser discutido, entendido e conhecido ganha seu espaço para que seja conhecido por todos, possibilitando que todos conheçam os direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e/ou altas habilidades ou superdotação e possam assim conhecer mais sobre os direitos desses sujeitos que muitas vezes são uma parcela esquecida na sociedade.

II ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

1- Motivação

Essa discussão a respeito da importância das políticas públicas para autismo na zona rural é muito necessária, tendo em vista que se observa que o número de autistas vem crescendo significativamente. Com isso, essas legislações destinadas para esse público devem ser vistas como sendo de grande importância, assim como a execução das mesmas tem total relevância. Contribuindo de forma considerável no que se refere as legislações nesse campo de estudo.

O interesse por essa temática surgiu através das observações realizadas nas escolas por onde trabalhei durante minha trajetória profissional. Com isso, pude notar que mesmo que a inclusão seja um direito assegurado por lei, ainda existem muitas barreiras que dificultam a entrada de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular da zona rural, principalmente nas escolas do campo.

Percebeu-se que apesar de ser um tema muito recorrente, ainda há polêmicas que envolvem esse assunto. Por lei a escola deve ser inclusiva, todavia observa-se que muitas vezes a inclusão ficou apenas no papel. No que se refere à lei, quando se trata de educação inclusiva, a escola deve ser heterogênea, garantindo uma educação integral e de qualidade para todos.

Diante do que foi observado, muitas crianças ainda sofrem com a falta de uma escola regular inclusiva, principalmente no campo. Isso porque a maioria dos profissionais da educação ainda não estão habilitados para trabalhar com as particularidades de cada educando.

Existem inúmeras barreiras para essa inclusão nas escolas rurais, quando se trata de crianças com transtornos do espectro autista observa-se que há uma rotulação para essas crianças. Elas são rotuladas como pessoas que são agressivas e não gostam de socializar, e não são levados em conta o grau que a criança apresenta.

Portanto, é de suma importância existir políticas públicas que possibilitem a formação continuada para os professores, onde ele possa ser habilitado para trabalhar com os diversos tipos de necessidades especiais que as crianças possam apresentar, dentre eles o transtorno do espectro autista que é um transtorno muito recorrente nos dias atuais.

A escola através das políticas públicas tem um papel significativo, pois a mesma tem o dever de formar seus professores em profissionais capacitados para lidar com as necessidades que cada aluno venha a apresentar.

Espera-se então que, com os estudos acerca do tema, possamos compreender se esses desafios enfrentados por esses alunos que possuam o transtorno espectro autista na educação do campo, para que a escola seja de facto inclusiva, a fim de modificar essas dificuldades enfrentadas através das políticas públicas.

2- Objetivos

Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas aplicadas às crianças neurodivergentes, mais concretamente, crianças e jovens e adultos, portadoras do espectro autista inseridos na educação do campo.

- (i) Analisar como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo.
- (ii) Compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo.
- (iii) Discutir a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo.

III MÉTODO

A pesquisa terá como base metodológica a dialética e será realizada no âmbito escolar rural do ensino regular de Manaus, onde terá como objetivo geral investigar como se dão as políticas públicas frente ao autismo nas escolas do campo.

Quanto ao meio de investigação será realizado nas escolas rurais de ensino regular que atendam alunos com transtornos do espectro autista, onde terá como sujeitos envolvidos professores, diretores escolares, pais e alunos.

O materialismo dialético tem a preocupação de trabalhar com dados fidedignos aos objetos abordados, buscando fazer uma interpretação do mundo, onde se preocupam com a cientificidade sem se esquecer da prática social. Triviños (1928, p. 51), portanto afirma que: “O materialismo dialético [...] realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”.

Esta investigação assente nos pressupostos anteriores, e devido à sua natureza e finalidade, teve por base uma metodologia qualitativa. Esta permitiu-nos o estudo da realidade sem fragmentação nem descontextualização, dado que o seu ponto de partida tem como presumível os dados recolhidos. (Almeida & Freire, 2010).

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de antropologia e sociologia, como contraponto a pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo.

Quanto à natureza a pesquisa qualitativa, “onde trabalha com subjetividade, intensidade e profundidade do fato. [...] Visa compreender os fatores que ocasionam a ocorrência dos fatos sob um olhar pessoal.” (Buono, 2015). A pesquisa qualitativa ao contrário da quantitativa não usa como fonte de pesquisa dados numéricos. Pelo contrário, a mesma tem a preocupação em compreender seu objeto de pesquisa como um todo.

O projeto nos propõe identificar a problemática, realizando a análise da pesquisa, buscando métodos para aplicação de resultados, de acordo com Minayo (2001), as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A metodologia quanto aos fins de pesquisa descritiva, “é aquela que expõe características claras e bem delineadas de determinada população ou fenômeno, para isso envolve técnicas padronizadas e bem estruturadas de coletas de seus dados.” (Freire, 2010). Quando a pesquisa é descritiva seu conteúdo deve ser o mais claro possível para que não haja margem para dúvidas no que se foi pesquisado, em que deverá ser feito um levantamento de dados fidedignos, no qual posteriormente deverão ser analisados de forma subjetiva.

(i) Participantes

Este estudo foi realizado com 112 (N=112) profissionais da educação, dentre eles tivemos, professores, pedagogos, diretores e assessores escolares. Os entrevistados atuam nas

41 escolas da DDZ Rural que tem alunos com TEA na zona rural de Manaus, compreendendo os espaços tanto ribeirinhos com rodoviários.

Essa abordagem com vários tipos de profissionais da educação nos possibilitam um olhar diferenciado, já que esses profissionais atuam em várias funções dentro das escolas do campo.

Com isso, podemos ter uma compreensão mais aprofundada sobre a importância que essas políticas públicas direcionadas aos autistas inseridos nas comunidades rurais tem.

(ii) **Instrumento**

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi um questionário realizado com a equipe escolar de turmas de alunos com TEA de escolas do campo regulares, onde foram elaboradas perguntas com respostas objetivas para esses profissionais da educação.

O questionário é um procedimento de coleta de dados comumente utilizado em pesquisas, especialmente, na área das ciências humanas e sociais. Apesar disso, não é tão simples elaborar um bom questionário, sendo necessário observar alguns aspectos para se fazer uso desse instrumento. (Ramos, Ribeiro, Anastácio & Silva, 2019)

O questionário portanto é uma ferramenta que costuma ser utilizada para a coleta de dados durante pesquisas científicas, todavia não se pode considerar que este instrumento é fácil de ser utilizado pois para que seja elaborado um questionário que atenda todos os objetivos propostos, se faz necessário que o mesmo seja executado de maneira atenta.

(iii) Procedimentos

Tendo em vista o que foi exposto, a pesquisa será realizada através de questionário.

Levando em consideração essas etapas:

Será realizado um levantamento acerca da importância das políticas públicas frente ao autismo nas escolas do campo. Levando em conta, os documentos que asseguram o direito dessas crianças.

Serão realizadas perguntas inerentes a importância das políticas públicas frente ao autismo nas escolas do campo, desafios enfrentados pelos professores que ministram aulas para alunos com esse transtorno e também questionamentos referentes às maiores dificuldades que um aluno com transtornos do espectro autista pode encontrar na escola de ensino regular do campo. Tendo em vista, as respostas dos sujeitos que serão observadas e registradas.

Para esta concepção, não basta ter realidade para ser concreto. O caráter de concreto está estreitamente vinculado ao de determinação. O que conta de fato são as determinações. Atinge-se o concreto quando se compreende o real pelas determinações que o fazem ser como é. Atingida uma determinação geral, com ela se é capaz de entender as grandes linhas dos fenômenos que ela pode determinar, sejam eles já realizados ou não. Nesse sentido, a população, que é real, só se torna concreta quando traz nela mesma as suas múltiplas determinações – o que realmente ocorre, mas que a representação imediata é incapaz de captar, porque estas determinações diversas não aparecem, a não ser naquilo que determinam, na forma determinada. Assim, o concreto é síntese de muitas determinações e, como tal, é uma totalidade: unidade determinante/ determinado (...). A perspectiva seguida por Marx é a de que o concreto aparece no pensamento como resultado, embora seja o verdadeiro ponto de partida. O pensamento parte do concreto

(real), ainda que só se torne verdadeiramente científico quando retoma o concreto, pensando-o a partir do abstrato (Cardoso, 1984, p. 6 apud Wachowtch, 2001, p.8).

IV APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo trataremos sobre a análise e discussão dos resultados desta pesquisa, trazendo os resultados detalhados da mesma, onde os objetivos tanto geral como específicos foram explorados. No geral foi analisar as políticas públicas aplicadas às crianças neurodivergentes, mais concretamente, crianças, jovens e adultos, portadoras do transtorno do espectro autista inseridos na educação do campo. E os detalhados foram analisar como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo, compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo e discutir a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo.

Iniciamos, conhecendo o perfil de cada um dos entrevistados, onde foi-se destacado os pontos mais latentes que influenciariam esta pesquisa. Com obtivemos uma visão completa das características como sexo, idade, experiência profissional e grau acadêmico de cada um dos entrevistados. Nos trazendo uma amostra detalhada dos perfis existentes que estão inseridos nesta problemática.

Assim, como uma análise detalhada e concisa dos participantes desta pesquisa sobre a importância das políticas públicas no apoio e intervenção dos alunos das escolas do campo portadores do transtorno do espectro autista.

E a partir disso, será apresentado de maneira visual, com a utilização de gráficos, para a melhor compreensão dos resultados. Portanto, estes gráficos servirão para exemplificar modelos, tendências e ligações entre os dados, nos proporcionando uma análise detalhada da visão dos profissionais da educação que trabalham com a educação especial na perspectiva da educação do campo de Manaus.

Com a apresentação e discussão dos resultados que obtivemos com essa pesquisa, foi possível se ter uma visão abrangente das características presentes nas especificidades que encontramos tanto na educação do campo, quanto na educação especial, mas especificamente no que envolve os autistas.

Vemos então que cada resposta vai nos possibilitando uma melhor compreensão da realidade que estes profissionais da educação vivem, possibilitando assim, através deste estudo compreender melhor a importância que as políticas públicas tem na vida desses indivíduos com TEA.

1. 1ª Parte- Perfil do Entrevistado

Na 1ª Parte, no Perfil do Entrevistado, temos as informações demográficas dos entrevistados que participaram da pesquisa, nos proporcionando uma compreensão do perfil dos mesmos.

Por meio das indagações que foram realizadas temos as seguintes informações: sexo, idade, tempo de experiência profissional e qual grau acadêmico os entrevistados tem.

Com esses dados, somos capazes de compreender as percepções e práticas dos educadores que temos na educação do campo que lidam com alunos autistas em Manaus.

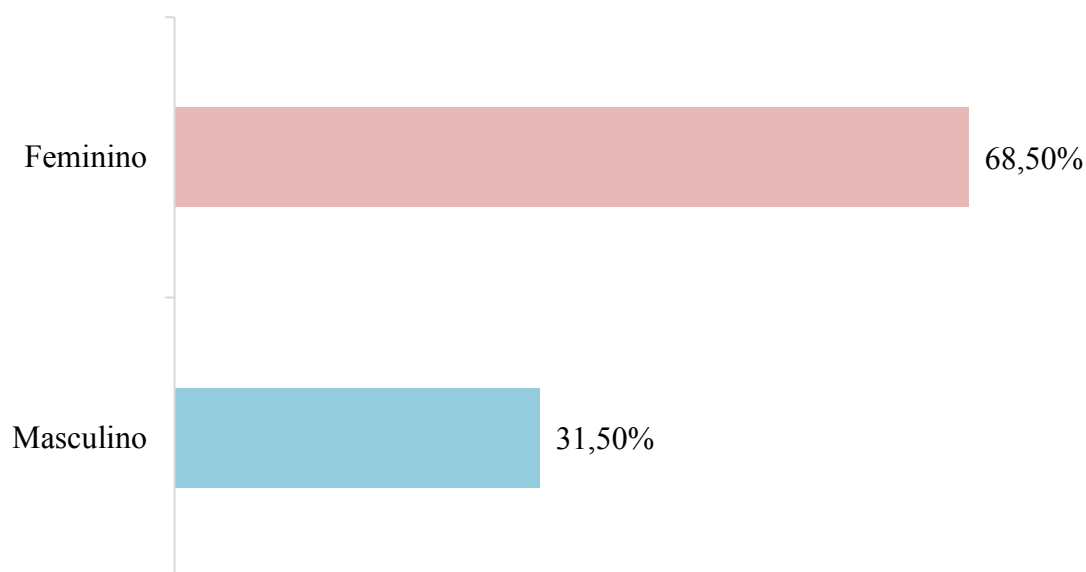


Gráfico 1 - Sexo

Ao analisarmos as respostas que obtivemos na primeira pergunta, que deram origem ao gráfico 1, onde realizamos com os profissionais da educação que lidam com esse público, podemos produzir as seguintes observações:

A discrepância entre os sexos é um fator muito marcante na área da educação, como podemos ver no gráfico acima, o sexo feminino se faz maioria nessa área, e segundo nossa pesquisa as mesmas representam 68,5%, enquanto o sexo masculino representa 31,5%. Com isso, observamos que a presença feminina nas escolas é mais marcante nas escolas da zona rural de Manaus.

Analisando o gráfico podemos ver que o sexo feminino o é maioria , com 68,5% do total dos entrevistados. As mulheres são parcelas majoritárias no que tange a educação, sejam elas como profissionais da educação, sejam elas como cuidadores desses discentes ou como responsáveis por esses sujeitos.

Nos levando a refletir de que há a maior probabilidade de conhecimento sobre as políticas públicas direcionadas aos estudantes com TEA que residem no campo, mais especificamente na zona rural de Manaus.

Todavia, mesmo que o sexo masculino tenha uma parcela menor no contexto da educação, nos leva a uma reflexão mais a fundo, onde nos faz repensar alguns fatores, será se os homens tem o mesmo acesso a educação ou será se os mesmos só não se engajam como as mulheres no que refere a pesquisas científicas? Isso, nos leva a refletir o quão se faz necessário analisar diferentes perspectivas, pois assim temos a possibilidade de um resultado mais fidedigno.

Essas são apenas algumas das análises que podem ser feitas a respeito da disposição a respeito da forma como se apresenta a distribuição dos sexos biológicos presentes no contato rural de Manaus.

Mas, vale levar em consideração que essa análise tem inúmeras variantes, pois o público pesquisado pode mudar de acordo com a região, níveis de ensino que o professor leciona, até mesmo o tipo de instituição que se pode ser pesquisada.

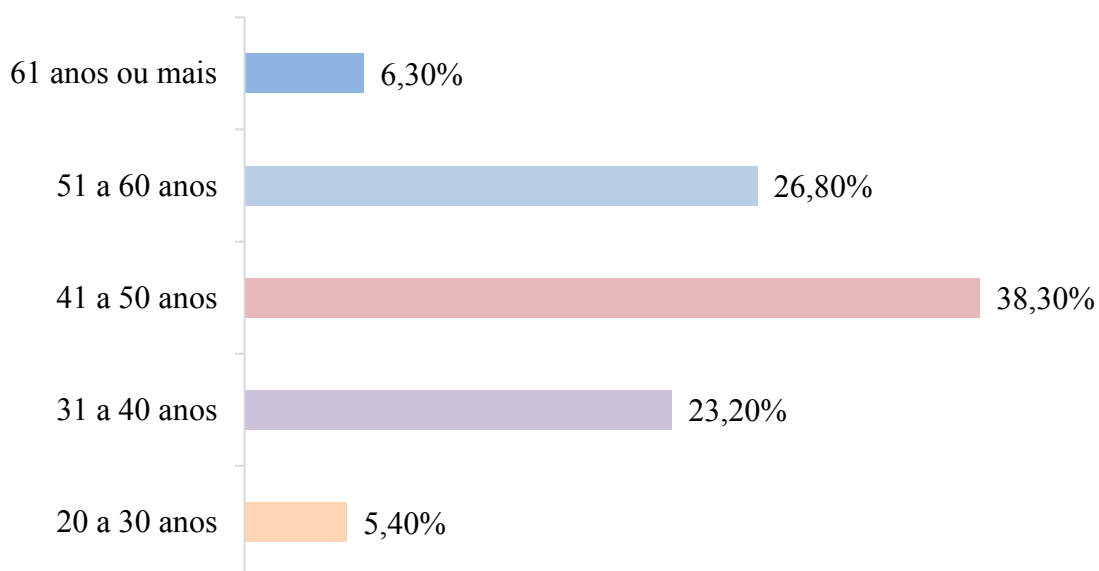


Gráfico 2 - Idade

O gráfico 2 acima nos traz a distribuição de idade dos profissionais da educação que fizeram parte da pesquisa, onde se foi organizado através de faixas etárias. Nas quais temos as

seguintes organizações: 20 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, 51 a 60 anos e 61 anos ou mais.

A faixa etária que tem maior representatividade entre o público entrevistado é a faixa etária de 41 a 50 anos, representando 38,30% dos educadores do campo que foram entrevistados.

Já a faixa etária de 20 a 30 anos, é a que menos tem representantes, isso nos mostra então que os profissionais da educação do campo não são compostas em sua maioria por jovens.

Já a parcela de entrevistados que fazem parte das faixas etárias de 51 a 60 anos que representam 26,80% e os de 31 a 40 anos representando 23,20% esses dados nos confirmam a prerrogativa citada acima, onde a maior parte dos profissionais da educação, são prioritariamente, pessoas mais experientes.

Considerando então os fatores analisados, constatamos que a maioria dos profissionais de educação do campo tem acima da faixa etária de 20 a 30 anos, onde reforçamos isso quando o quantitativo maior encontrado de pessoas entrevistadas foi o de 41 a 50 anos, que nos trazem um perfil mais experiente.

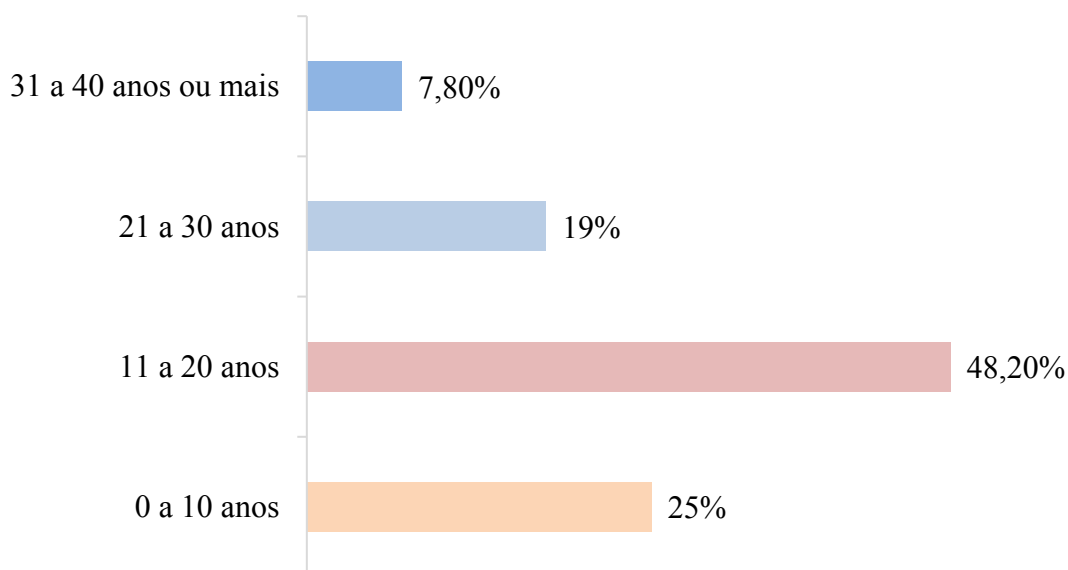


Gráfico 3 - Experiencial Profissional

No gráfico 3 temos a representação do quantitativo de tempo de experiência profissional que os entrevistados tem, onde é possível observar de forma detalhada dos profissionais de educação que atuam na zona rural de Manaus.

Podemos constatar então, que a maior parte dos questionados, tem de prática escolar entre 11 a 20 anos, representando quase metade do montante dos inquiridos.

Já o quantitativo de 31 a 40 anos representa 7,80% dos sujeitos que foram pesquisados, vemos com isso que os profissionais da educação tendem a não trabalhar com idades avançadas, até mesmo se levarmos em consideração os fatores geográficos que permeiam essa região geográfica, que em muitas escolas chegam a ser de difícil acesso.

As fixas que compreendem o tempo de 0 a 10 anos com 25% e de 21 a 30 anos com 19% tem porcentagem aproximadas nos trazendo então uma reflexão que temos vários tipos de perfis de experiências quando se tratam dos profissionais da educação que laboram seja na área ribeirinha, seja na área rodoviária.

Mesmo a porcentagem sendo de menor quantitativo, os educadores que tem de experiência profissional entre 31 a 40 anos, que representam cerca de 7,80%, trazem uma sapiência, com uma gama de conhecimento inestimáveis, contribuindo de forma significativa com os demais que tem menos tempo na área da educação.

Essa discrepância existente nessas diferentes experiências profissionais nos trazem muitas reflexões, onde temos várias vertentes para se analisar. Enquanto os educadores que tem mais experiências trazem consigo muito conhecimento que adquiriram no decorrer de sua trajetória profissional. Por outro lado, temos os profissionais que compõem o corpo pedagógico com menos idade, que trazem consigo novas metodologias e práticas inovadoras no seu fazer pedagógico.

Vemos então que ambas as perspectivas se complementam e são necessárias nesse universo da educação do campo na perspectiva da educação especial.

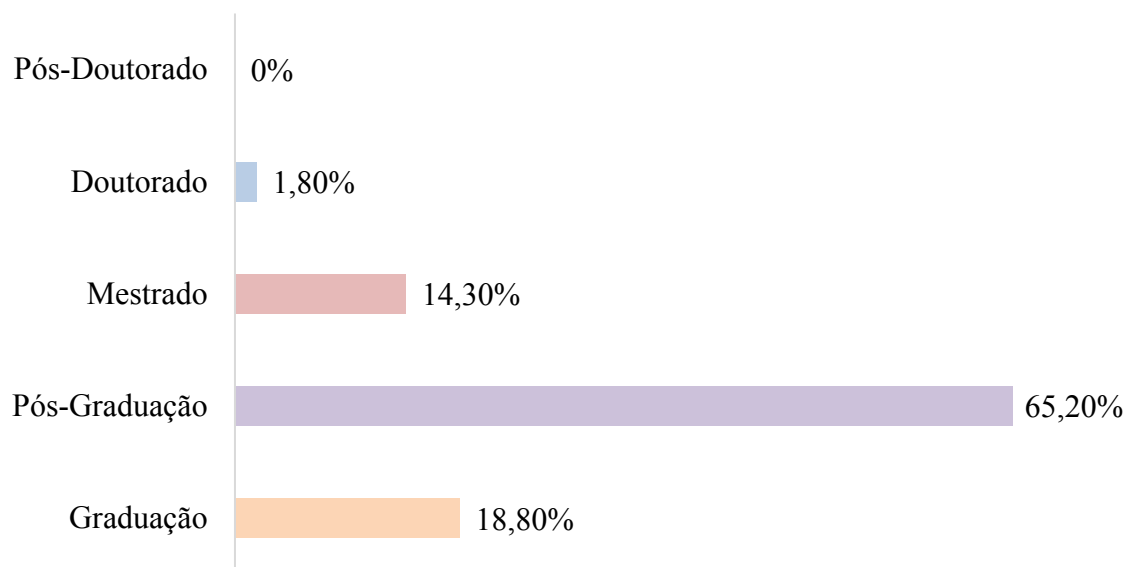


Gráfico 4 - Grau Acadêmico

O gráfico 4 nos oferece um olhar para a qualificação profissional desses sujeitos que compõem e fazem a educação do campo acontecer na cidade de Manaus, no qual podemos constatar que temos diferentes níveis acadêmicos.

Verificamos com esse gráfico acima que a maior parte desses indivíduos tem o grau acadêmico de especialistas, onde 65,20% tem pós-graduações, isso nos revela que esses educadores tem procurado se especializar, não se acomodando apenas ao título de ensino superior.

Ponderamos ainda, que temos profissionais com títulos de doutores que são apenas 1,80%, mas que fazem parte desse universo da educação do campo. Assim como, o grau de mestrado compõem uma porcentagem um pouco maior de 14,30%. Portanto, vemos que cada vez se tem feito da educação continuada uma prioridade, vendo-se a necessidade da atualização pedagógica e acadêmica.

Todavia, não temos profissionais que atuem na educação do campo que tenham pós, doutorado, com isso não temos educadores com o maior grau acadêmico nas instituições de ensino.

Temos também os profissionais que tem somente a graduação, que totalizam 18,80%, vemos com isso então que ainda temos muitas barreiras a serem quebradas para que parte dos educadores do campo compreendam a importância da educação continuada, a fim de estarem sempre atualizados.

A fim de compreendermos de forma clara e concisa traçamos aqui um quadro com perfil de entrevistados, onde foram expostos o quantitativo de indivíduos que participaram da pesquisa.

Sexo	Idade	Experiência Profissional	Grau acadêmico
<ul style="list-style-type: none"> ● Feminino: 77 ● Masculino: 35 	<ul style="list-style-type: none"> ● 20 a 30 anos: 06 ● 31 a 40 anos: 26 ● 41 a 50 anos: 43 ● 51 a 60 anos: 30 ● 61 anos ou mais: 07 	<ul style="list-style-type: none"> ● 0 a 10 anos: 28 ● 11 a 20 anos: 54 ● 21 a 30 anos: 19 ● 31 a 40 anos: 11 	<ul style="list-style-type: none"> ● Graduação: 21 ● Pós-graduação: 73 ● Mestrado: 16 ● Doutorado: 2 ● Pós-doutorado: 0

Quadro 1- Perfil dos Entrevistados

1. 2ª parte- Visão do Entrevistado

Nessa segunda parte, onde realizamos a Visão do Entrevistado, a nossa inquirição tratará sobre a importância das políticas públicas no apoio e intervenção dos alunos das escolas do campo portadores do transtorno do espectro autista, onde realizou-se a coleta dos profissionais da educação do campo que lidam com alunos com TEA.

Assim como procuramos responder os objetivos delineados na pesquisa como: analisar as políticas públicas aplicadas às crianças neurodivergentes, mais concretamente, crianças, jovens e adultos, portadoras do transtorno do espectro autista inseridos na educação do campo. Assim como, analisar como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo, compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo e discutir a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo.

Dentro dessa 2ª parte da entrevista, formulou-se 9 questões objetivas, com 3 perguntas para responder cada objetivo traçado neste trabalho. As respostas que obtivemos com essas indagações nos forneceram uma percepção sobre o que esse corpo pedagógico tem sobre políticas públicas voltadas a educação especial, assim como de fato se executam essas legislações nesses contextos.

Este bloco foi de suma importância para que pudéssemos compreender como acontece a implementação das políticas públicas da educação especial nos espaços ribeirinhos e rodoviários de Manaus.

Com isso, procurou-se compreender como acontece de fato a implementação das políticas públicas voltadas a educação especial no contexto rural, já que esse espaço geográfico tem particularidades que são só suas.

2.1 Identificação de como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo.

No primeiro bloco de perguntas que foi pensado a fim de responder ao primeiro objetivo que é identificar como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo, onde foi composto de três perguntas:

- 1- Ao seu ver, como deveriam ser aplicadas as políticas públicas direcionadas a educação especial nas escolas, especialmente aos alunos autistas?
- 2- Para você, os recursos oferecidos através das políticas públicas destinadas aos alunos autistas são suficientes, levando em consideração os desafios enfrentados por você, educador?
- 3- Você acha importante que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo?

Onde nesta seção tivemos o intuito de identificar como são aplicadas as políticas públicas destinadas aos autistas na educação rural da área ribeirinha e rodoviária de Manaus, levando em consideração as particularidades desse contexto onde estão inseridos nossos objetos de estudo.

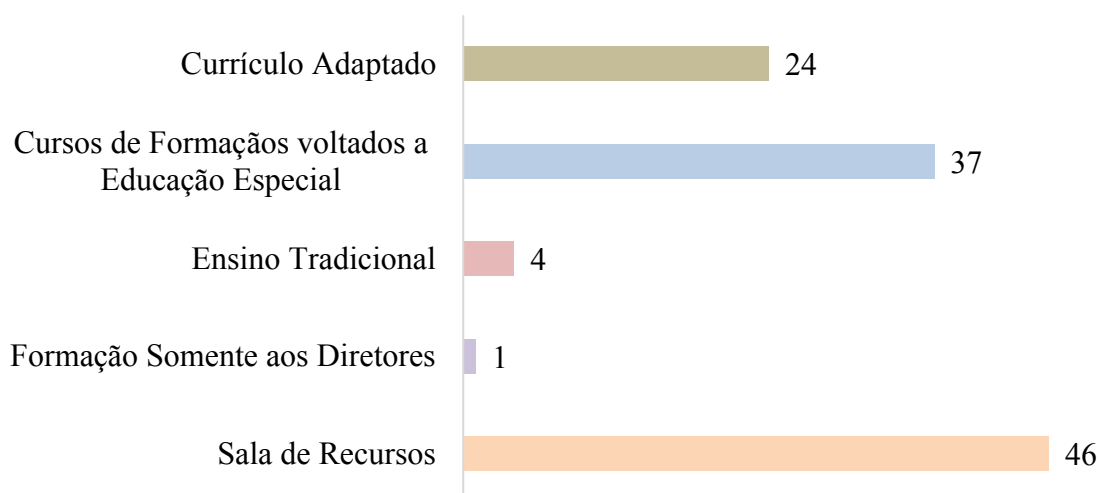


Gráfico 5 - Ao seu ver, como deveriam ser aplicadas as políticas públicas direcionadas a educação especial nas escolas, especialmente aos alunos autistas?

No gráfico 5 foi levantado cinco possibilidades de respostas: currículo adaptado, cursos de formação voltados a educação especial, ensino tradicional, formação somente a diretores e sala de recursos. Onde os participantes da entrevista poderiam escolher a alternativa que eles achariam mais adequada para desenvolver as escolas com alunos com TEA.

Como podemos ver no gráfico acima, para os profissionais da educação das escolas rurais de Manaus que participaram da entrevista o que a maioria viu como mais importante é a sala de recursos, onde das 112 pessoas entrevistadas, 46 afirmam que a sala de recursos é a maneira mais viável para desenvolver esses alunos atípicos.

Observando ainda o gráfico acima podemos constatar que apenas 1 entrevistado considerou que as políticas públicas direcionadas aos autistas fossem voltadas a formação continuada somente ao diretor. Analisando esse dado podemos ter duas vertentes, a primeira seria levando em consideração as comunidades mais longínquas, onde o acesso é difícil e de um custo financeiro elevado, o diretor escolar receberia a formação e seria o multiplicador do

que aprendido por ele. Outro viés que pode ter ocasionado essa resposta é que o entrevistado ver que apenas o diretor é figura importante no processo educacional desses educandos autistas.

Assim como, ainda analisando o gráfico, 4 pessoas escolheram a alternativa em que achavam que o ensino tradicional deveria ser incentivado através das políticas públicas. Uma das possibilidades de reflexão sobre essas respostas é que esses educadores educacionais ainda tem uma visão um pouco arcaica, se levarmos em consideração vários estudos que nos trazem que esses alunos atípicos devem ter adaptações e aulas diferenciadas para poderem se desenvolver melhor.

Outro viés que podemos considerar ao analisar essas respostas são das pessoas que escolheram cursos de formação voltados a educação especial, onde essa alternativa foi escolhida por 37 entrevistados, sendo a segunda alternativa mais votada pelos participantes. Posto isso, uma grande parcela enxerga o quão importante se faz os cursos de formação, tendo em vista que essa alternativa tende a preparar esses educadores para lidar com esse educandos nas salas de aula regular.

A alternativa que trazia a prerrogativa de currículo adaptado tendo 24 escolhas, sendo enxergado por eles como a possibilidade de melhor serem aplicadas as políticas públicas. Essa predileção nos traz a possibilidade de interpretação de que esses profissionais da educação vejam que a adaptação no currículo escolar seria uma alternativa que as políticas públicas viabilizaram a fim de impactar significativamente a esses alunos atípicos existentes nos espaços escolares da zona rural de Manaus.

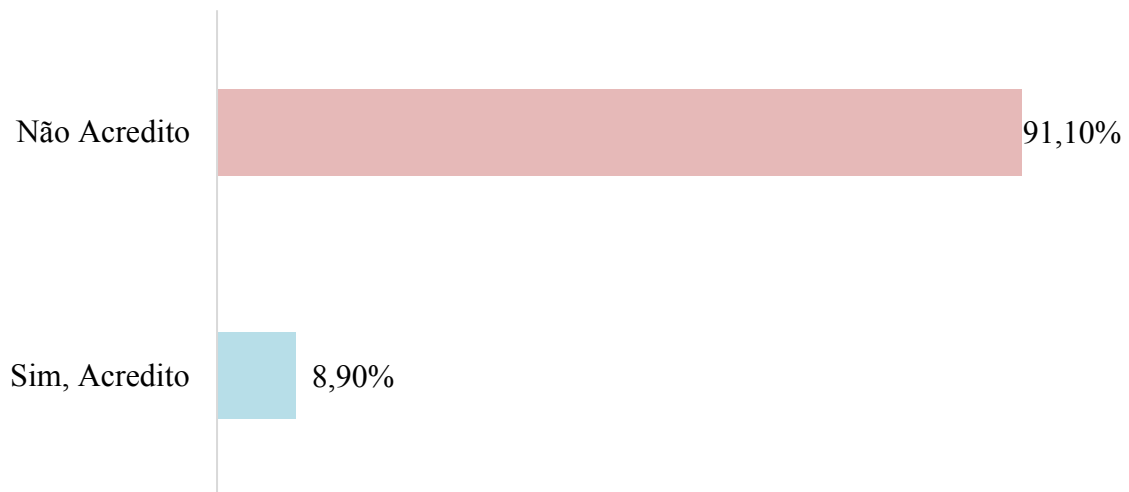


Gráfico 6 - Para você, os recursos oferecidos através das políticas públicas destinadas aos alunos autistas são suficientes, levando em consideração os desafios enfrentados por você, educador?

O gráfico 6 nos traz a seguinte indagação: “Para você, os recursos oferecidos através das políticas públicas destinadas aos alunos autistas são suficientes, levando em consideração os desafios enfrentados por você, professor?”, onde os pesquisados tiveram apenas duas opções de respostas que são elas: “não acredito” e “sim, acredito”.

A maior parte dos indivíduos que fizeram parte do estudo, optaram pela alternativa do: “não acredito”, totalizando 91,10 % concordaram com essa negativa, nos levando a reflexão de que estes educadores veem que mesmo existindo muitas políticas públicas a respeito desse assunto, as mesmas são executadas como deveriam, trazendo assim muitos prejuízos a esses educandos que sofrem tanto por conta especificidades que eles tem e estão inseridos.

Já a minoria, compondo 8,90% dos interrogados escolheu a opção de: “sim, concordo”, já esses inquiridos, vêem as políticas públicas voltadas aos educandos com TEA inseridos na educação do campo de Manaus, como efetivas, sendo executadas de maneira correta e atendendo a todos esses indivíduos.

Se analisarmos as duas vertentes podemos ter então possibilidades de perspectivas diferentes. Se levarmos em consideração as escolas mais longínquas, com certeza as mesmas

terão maior dificuldade de serem alcançadas pelas políticas públicas, não estamos afirmando que essas leis não chegam e nem devem chegar, apenas trazendo a tona que por conta das peculiaridades desses espaços, se torna mais difícil. Enquanto as escolas mais próximas, consigam ser mais assistidas, se levarmos em consideração o local onde estão inseridas, já que o acesso é mais fácil.

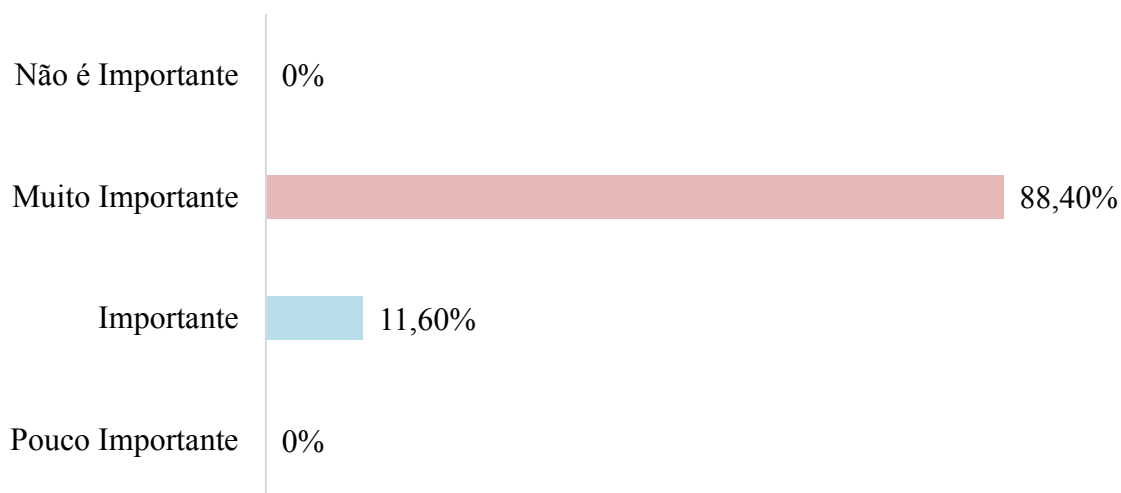


Gráfico 7 - Você acha importante que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo?

O gráfico 7 foi constituído a partir da seguinte indagação: “Você acha importante que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo?”, a partir daí foram levantados quatro possibilidades de respostas: “não é importante”, “muito importante”, “importante” e “pouco importante”.

Diante das alternativas levantadas, levando em consideração as respostas que foram obtidas, nenhum dos 112 entrevistados optaram pelas opções de: “não é importante” e “pouco importante”. Concluímos com isso, que todos os entrevistados veem como necessária a formação dos profissionais da educação que lidam com autistas terem acesso a educação continuada direcionada a educação especial.

A maior parte dos questionados votou na opção de “muito importante” com 88,40%, afirmando assim que é muito necessário que haja acesso à educação continuada aos educadores que lidam com esse público, independente de onde estejam localizadas essas escolas.

E a outra parcela restante que compreende 11,60% concorda que seja “importante” que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo. Analisando essas respostas, vemos que os mesmos acham importante, porém que há outras possibilidades para lidar com alunos com TEA.

2.2 Compreensão de como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo.

Esta segunda seção, tem o intuito de responder o objetivo 2 que é o de compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo. Em vista disso, foram elaboradas 3 perguntas a fim de responder esse objetivo para que assim pudéssemos entender melhor como se dava o entendimento dos profissionais do campo que lidam com autistas:

- 1- Você como profissional da educação do campo já recebeu alguma formação para lidar com alunos autistas na sala de aula regular?
- 2- Na sua opinião, os profissionais da educação devem usar estratégias diferenciadas com os alunos autistas, adaptando o currículo, levando em consideração as políticas públicas?
- 3- Quais os maiores desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas destinadas aos alunos autistas nas escolas rurais?

Assim, no decorrer da análise das respostas que foram obtidas através de um questionário compreender de maneira clara como essas leis são aplicadas diariamente na vida desses educandos que vivem no campo.

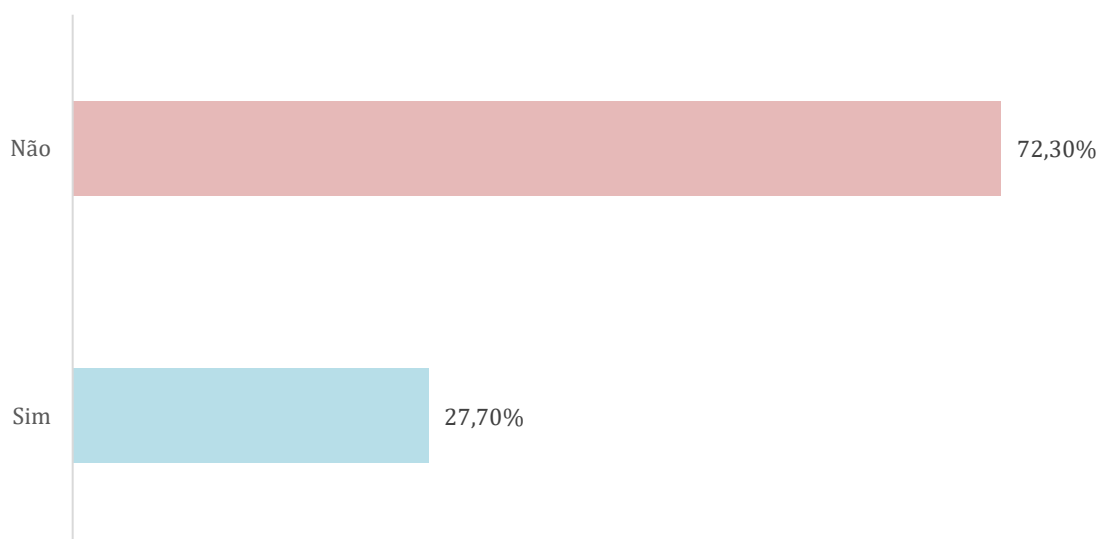


Gráfico 8 - Você como profissional da educação do campo já recebeu alguma formação para lidar com alunos autistas na sala de aula regular?

No gráfico 8 foi levantada a seguinte pergunta: “Você como profissional da educação do campo já recebeu alguma formação para lidar com alunos autistas na sala de aula regular?” aos participantes desta pesquisa, os mesmos tinham 2 opções de respostas: “não” ou “sim”.

O maior predomínio de respostas entre os participantes foi da resposta: “não”, correspondendo a 72,30%, significando então que a maior parte dos entrevistados não recebeu por parte da SEMED- Manaus nenhum tipo de formação para esses educadores trabalharem com esses alunos.

Somente 27,70% dos entrevistados tiveram por parte da SEMED- Manaus algum tipo de formação para lidar com alunos com TEA nas escolas ribeirinhas e rodoviárias.

Com isso, vemos que a maior parcela dos profissionais da educação do campo que lidam com autistas, nunca recebeu nenhum tipo de formação oriunda da SEMED- Manaus onde trabalham.

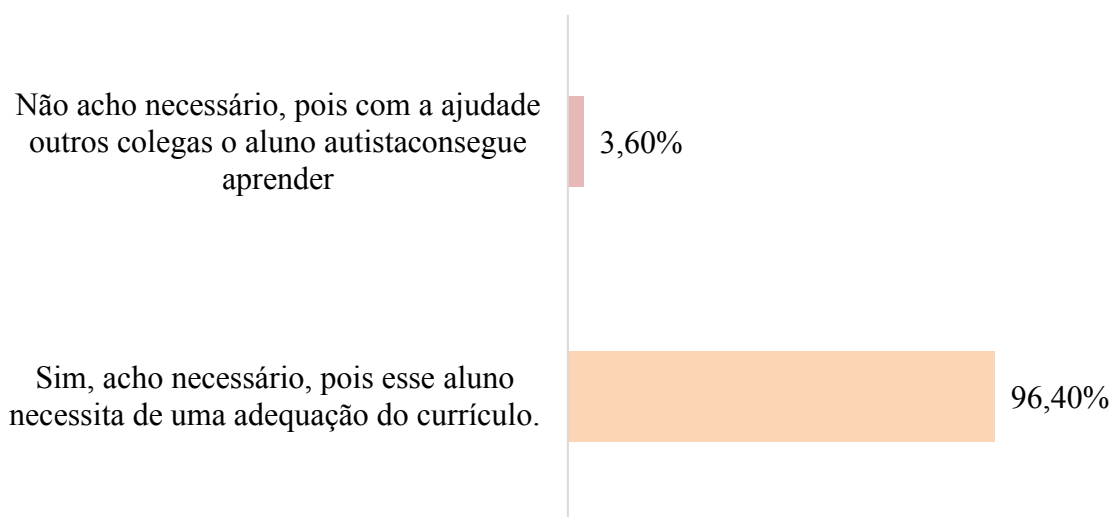


Gráfico 9 - Na sua opinião, os profissionais da educação devem usar estratégias diferenciadas com os alunos autistas, adaptando o currículo, levando em consideração as políticas públicas?

A pergunta que norteia o gráfico 9 é: “Na sua opinião, os profissionais da educação devem usar estratégias diferenciadas com os alunos autistas, adaptando o currículo, levando em consideração as políticas públicas?”, onde foram levantadas 2 opções de resposta: a primeira era: “não acho necessário, pois com a ajuda de outros colegas o aluno autista consegue aprender.” e a segunda traz que: “sim, acho necessário, pois esse aluno necessita de uma adequação do currículo.”

A minoria, correspondente a 3,60% dos entrevistados, ao ser ver não acha necessário essa adequação, tendo em vista que os outros estudantes podem ajudar esse aluno.

A grande parte dos inquiridos, 96,40% afirmaram que acham necessário a adequação do currículo escolar a esses educandos. Analisando essa afirmativa, podemos ver que esses

educadores tem a consciência do quão necessário se faz essa adequação levando em consideração a inclusão.

Portanto, notamos que os profissionais da educação do campo acham necessário que haja essa adequação para que esse discente atípico possa de fato estar inserido nas classes regulares. Já nessa percentagem, ver que com a interação com os estudantes típicos, esses estudantes com TEA conseguem aprender e atingir as habilidades necessárias para a aquisição dos saberes.

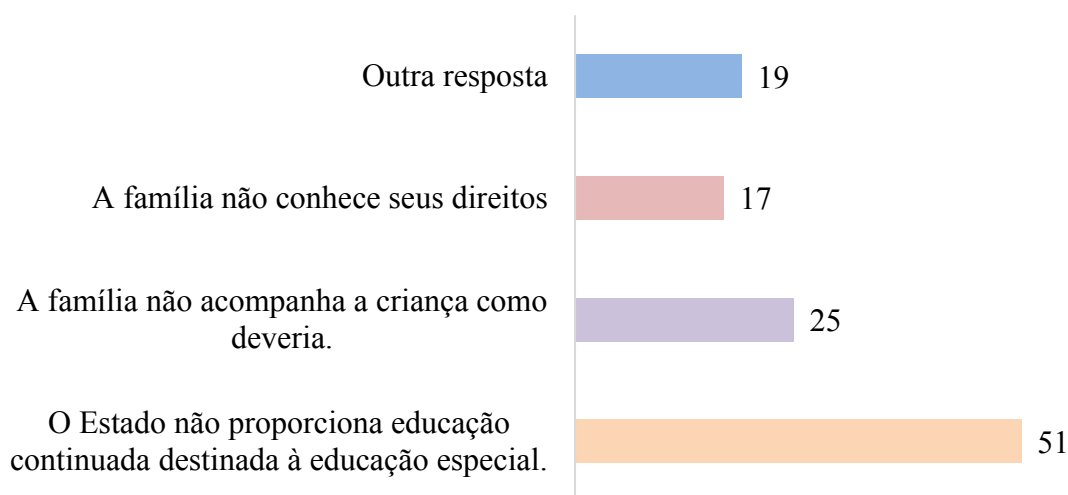


Gráfico 10 - Quais os maiores desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas destinadas aos alunos autistas nas escolas rurais?

O gráfico 10 foi gerado a partir da seguinte indagação: “Quais os maiores desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas destinadas aos alunos autistas nas escolas rurais?”, e a partir disso, quatro possibilidades de respostas que eram elas: “O Estado não proporciona educação continuada destinada a educação especial”, “A família não acompanha a criança como deveria”, “A família não conhece seus direitos” e “Outra resposta”.

Após analisarmos as alternativas escolhidas pelos participantes, podemos concluir que para os inquiridos, a maior problemática está relacionada ao Estado não proporcionar educação

continuada destinada a educação especial aos profissionais da educação do campo, representados por 51 votos.

Outra alternativa que foi bem cotada por ser a responsável pelos desafios encontrados na efetivação das políticas públicas aos alunos com TEA da zona rural de Manaus, é a referente a falta de acompanhamento da família a esses educandos, correspondendo a 25 pessoas.

Outros 19 entrevistados veem como a alternativa que mais se encaixa por ser a responsável pela não execução das políticas públicas na educação do campo de Manaus destinadas aos alunos autistas são ocasionadas por outras variantes.

E a menos votada foi a opção da família não conhecer seus direitos, onde apenas 17 indivíduos fizeram essa escolha.

Após analisarmos essa votação, podemos notar que com exceção da opção que aponta que o Estado é responsável pelo insucesso dessas políticas públicas já existentes por não proporcionar cursos direcionados a educação especial que recebeu 51 votos, as demais alternativas tiveram um número de escolhas bem aproximadas.

2.3 Discussão sobre a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos alunos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo.

A última seção deste trabalho foi construída a partir do seguinte objetivo: discutir sobre a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos alunos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo e a partir disso foram levantadas três perguntas norteadoras para que pudéssemos compreender a visão dos profissionais da educação sobre o referido assunto:

- 1- Você, educador da zona rural, acha que é necessário a execução de políticas públicas voltadas para uma educação equitativa para todos?

- 2- Você conhece quais são os recursos financeiros disponibilizados pelo governo através das políticas públicas destinadas à educação especial que temos nas escolas rurais?
- 3- De acordo com as políticas públicas que temos na atualidade, você concorda que as mesmas são suficientes para suprir as necessidades reais dos alunos autistas nas escolas do campo?

A partir disso, vamos analisar as questões que foram escolhidas por esses educadores como sendo as responsáveis pela não execução das políticas públicas como deveriam.

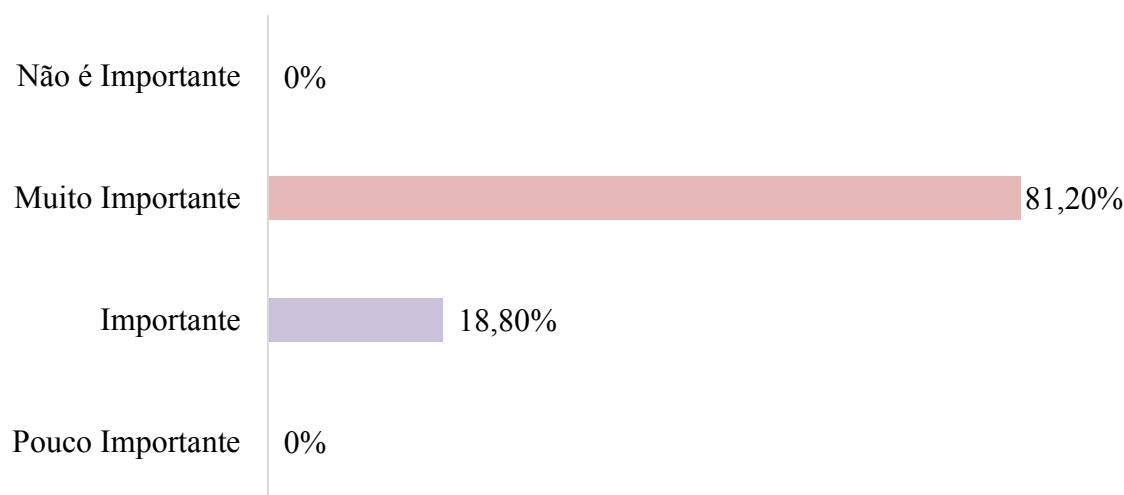


Gráfico 11 - Você, educador da zona rural, acha que é necessário a execução de políticas públicas voltadas para uma educação equitativa para todos?

Neste gráfico 11 vamos discorrer sobre se os profissionais da educação acham que: “não é importante”, “muito importante”, “importante” ou “pouco importante” que a execução das políticas públicas aconteçam de forma que garantam uma educação equitativa para todos.

A maior parte dos entrevistados veem como muito importante a execução das políticas públicas como forma de garantir um ensino equitativo para todos, correspondendo a 81,20% dos participantes da pesquisa.

Todavia, 18,80% consideram apenas importante que seja assegurado pelas políticas públicas um ensino equitativo para todos, independente de qualquer particularidade que esses sujeitos possam ter.

Nenhum dos entrevistados veem como: “pouco importante” ou “não é importante” a execução dessas leis que garantem uma educação equitativa para todos, respeitando as peculiaridades dos indivíduos, independente de qualquer circunstância.

Portanto, todos os participantes desta pesquisa entendem a importância que as políticas públicas tem para a garantia de uma acesso equitativo a escola para todos.

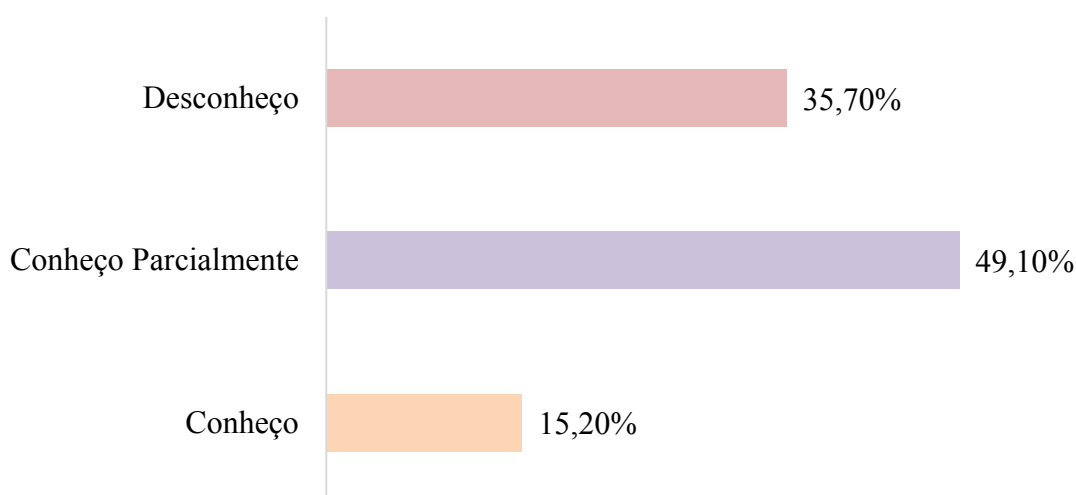


Gráfico 12 - Você conhece quais são os recursos financeiros disponibilizados pelo governo através das políticas públicas destinadas à educação especial que temos nas escolas rurais?

No gráfico 12 temos como indagação norteadora se esses profissionais da educação tem conhecimento dos recursos financeiros disponibilizados pelo governo através das políticas públicas destinadas à educação especial que temos nas escolas rurais, onde foram apresentadas três possibilidades de respostas: “conheço”, “conheço parcialmente” e “desconheço”.

A maior porcentagem dos inquiridos, correspondente a 49,10%, afirmam que “conhecem parcialmente” os recursos financeiros destinados a educação especial para as escolas do campo.

Outros 35,70% desconhecem quais são os recursos financeiros disponibilizados pelo Estado para os estudantes da educação especial que estão inseridos nas escolas tanto ribeirinhas quanto rodoviárias de Manaus.

Apenas 15,20% afirmam conhecer quais verbas são destinadas a educação especial para os educandos inseridos no contexto das escolas rurais.

Analisando essas respostas podemos constatar que a maior parte dos entrevistados tem algum tipo de conhecimento sobre o dinheiro que deve ser enviado para os educandos da educação especial que estão inseridos no campo.

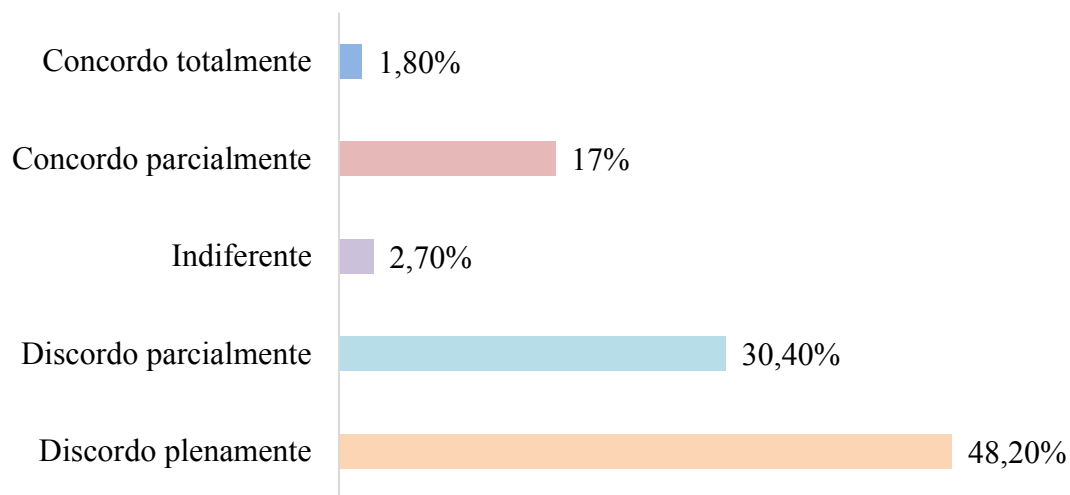


Gráfico 13 - De acordo com as políticas públicas que temos na atualidade, você concorda que as mesmas são suficientes para suprir as necessidades reais dos alunos autistas nas escolas do...

O último gráfico, o 13, nos traz que os participantes da pesquisa responderam a seguinte pergunta: “De acordo com as políticas públicas que temos na atualidade, você concorda que as

mesmas são suficientes para suprir as necessidades reais dos alunos autistas nas escolas do campo?”, onde os mesmos tem as seguintes alternativas como respostas: “discordo plenamente”, “discordo parcialmente”, “indiferente”, “concordo parcialmente” e “concordo totalmente”.

A maioria dos interrogados, que foram 48,20%, discorda plenamente que as políticas públicas que temos sejam suficientes para que as necessidades desses educandos sejam atendidas na sua totalidade.

A segunda opção mais votada foi a de “discordo parcialmente”, onde corresponde a 30,40% dos questionados, para esse quantitativo, eles discordam em parte que as políticas públicas que já temos suprir as necessidades dos nossos educandos são atípicas.

A alternativa que traz que os entrevistados “concordo parcialmente” teve 17% das escolhas, com isso vemos que esses sujeitos, que eles concordam em parte com essa indagação.

Dos entrevistados, 2,70% afirmam que é “indiferente” que as políticas públicas que temos na atualidade sejam suficientes para suprir as necessidades dos alunos atípicos que estudam no campo.

E a menor parcela que são o dos que escolheram a opção do “concordo totalmente”, que equivalem a 1,80% dos entrevistados.

Vemos com isso, que a maior parte dos entrevistados afirma que as políticas públicas existentes para esses estudantes da educação especial que vivem no campo não são suficientes para suprir as especificidades desses indivíduos.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa foram delimitados objetivos a fim de que pudéssemos conhecer e compreender a realidade dos alunos autistas que são público da educação do campo, tanto os que vivem nas áreas ribeirinhas quanto os que vivem nas áreas rodoviárias, tendo um olhar crítico e reflexivo sobre as políticas públicas acerca desses sujeitos.

Procurou-se evidenciar a relevância das leis que temos que são destinadas a esse público, procurando trazer as peculiaridades que esses sujeitos tem, destacando ainda os desafios enfrentados por esses educandos.

Ressaltamos ainda que, o quão necessário é que as políticas públicas sejam pensadas levando em consideração os indivíduos que serão atingidos para que assim as mesmas possam ser executadas de maneira correta e possam atingir a todos em sua totalidade.

Os resultados que obtivemos com essa pesquisa foram que, temos uma imensidão de políticas públicas elaboradas para amenizar as mazelas que esse povo tanto sofre, porém há uma disparidade quando falamos do que está no papel e o que está sendo executado.

Outro ponto crucial nessa pesquisa é que os profissionais da educação muitas vezes não tem um conhecimento aprofundado sobre essas políticas que permeiam a educação especial no contexto rural.

Se analisarmos ainda os profissionais da educação do campo que tenham conhecimento teórico e prático a respeito da educação especial, vemos que temos uma lacuna bastante acentuada, levando em consideração ainda, que os mesmos não tem acesso a educação continuada por meio da SEMED- Manaus, para estudar sobre essa temática que é tão atual, importante e necessária.

Sabemos que os desafios que perpassam a educação especial são inúmeros e se pensarmos juntamente nas adversidades que permeiam a educação do campo, sabemos que os desafios são ainda maiores.

Esperamos então, que através deste estudo resultados satisfatórios que possam ser atingidos a fim de que possamos contribuir de maneira positiva para estudos nesta mesma vertente, propiciando então pesquisas nesse viés, a fim de contribuir com o conhecimento crítico e analítico a respeito da importância das políticas públicas destinadas aos educandos com TEA que vivem nas áreas ribeirinhas e rodoviárias de Manaus.

Em síntese, concluímos que as políticas públicas existem e devem ser executadas em sua totalidade e atingindo a todos de forma integral e equitativa, independente do contexto onde possam estar inseridos.

Quando se trata de educação, devemos sempre pensá-la de maneira inclusiva, proporcionando assim o direito ao ensino de qualidade nas classes regulares a todos, independente de suas especificidades, seja referente ao lugar onde esteja inserido, seja referente as necessidades especiais educativas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. & Freire, T. (2010). Procedimento: planos e amostras. In Almeida, L. & Freire, T. (Eds), *Metodologias da investigação em psicologia e educação* (77-130). Psiquilíbrios Edições.
- Andrade, I. O. de. (2024). *A Educação Especial no contexto da escola rural/ribeirinha na cidade de Manaus- Amazonas- Brasil: reflexões sobre a avaliação e desempenho dos alunos no período de 2012 à 2022*. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação- Educação Especial). Universidade Católica Portuguesa, Portugal.
- Barros, J. A., & Ferreira, N. V. C. (2020) . *Educação rural: ações pedagógicas e infâncias*. Revista Exitus, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020046, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n0ID1265. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1265>> . Acesso em: 17 mar. 2025.
- Brasil. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 20 de março de 2025.
- Brasil. *Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 07 de outubro de 2020. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*. Atualizado em 19 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e>>

programas/programas/pdde/conta-pdde-estrutura-1/programa-sala-de-recursos multifuncionais>. Acesso em: 25 de março de 2025.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2024.

Brasil. Ministério da Educação. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2024.

Brasil. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 02 de agosto de 2024.

Brasil. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI/2008)*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela

Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em:

<http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. *Educação do Campo: marcos normativos*. Brasília: SECADI, 2012.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. *PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida*. Brasília. MEC. SEMESP. 2020. 124p.

Brasil. Tribunal de Contas da União. *Política pública em dez passos*. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos_web.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2024.

Buono, R. D. (2015). *Natureza da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa: da série tipos de pesquisa*. Disponível em: <<http://www.abntouvancouver.com.br/2015/05/natureza-da-pesquisa-quantitativa-e-da.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Carvalho, R. E. (2012). *Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. 5 ed.

Porto Alegre: Mediação.

Cunha, E. *Autismo e inclusão (2014): psicopedagogia práticas educativas na escola e na família*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.

Cunha, E. (2015). *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.

Freire, W. (2010). *A pesquisa na metodologia e produção científica*. Disponível

em:<<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-pesquisa-na-metodologia-e-producao-cientifica/44354/>>. Acesso em 05 de agosto de 2024.

Gadotti, M. (1990). “*A dialética: concepção e método*” in: *Concepção Dialética da Educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, pp. 15-38.

Glat, R. (2009). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Leboyer, M. (2003). *Autismo infantil – Fatos e modelos*. 4 ed. São Paulo: Papirus.

Leite, T. A. (2021). *As Tic's E As Ta's Como Estratégias e Ferramentas Didáticos- Metodológicos De Intervenção na Prática do Professor de Educação Especial em Sala De Recursos De Uma Escola Municipal Da Zona Rural De Manaus, Amazonas, Brasil- ano 2020*. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação).

Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai.

Lopes, A. L.. (2021). *A constituição docente e sua relação com o universo temático de educandos de uma comunidade ribeirinha de Manaus*. 132f. Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

Manaus. Leis Municipais. *Lei nº 3.260, de 03 de janeiro de 2024. Direitos das Pessoas com Deficiência*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2024/326/3260/lei-ordinaria-n-3260-2024-altera-o-art-1-da-lei-n-2195-de-29-de-dezembro-de-2016-para-inserir-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-como-tema-transversal-a-ser-ministrado-nas-escolas-da-rede-publica-do-municipio-de-manaus>>. Acesso em: 15 de março de 2025.

Manaus. Portaria 2536/2023-SEMED/GS. *Avaliação Multiprofissional como único instrumento para encaminhamento de apoio escolar*. Disponível em: <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2023/dezembro/DOM%205727%2018.12.2023%20CAD%201.pdf/view>>. Acesso em: 18 de março de 2025.

Medeiros, E. A. de, & Aguiar, A. L. O. (2015) *Educação do/no campo: história, memória e formação*. *Educação: Teoria e Prática*. [S. l.], v. 25, n. 48, p. 06–18. DOI: 10.18675/1981-8106. Vol 25. n48. p06-18.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Monteiro, C. M., Sales, J. J. A., Sales, R. J. A., & Nakazaki, T. G. (2016). *Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente*. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, vol. 2, núm. 3, pp. 221-233.

Paraná. (2013). *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Artigos*. Versão On-line. ISBN 978-85-8015-076-6. Vol. 1. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_ped_artigo_wanderleia_aparecida_bergamasco.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

Pereira, R. D. D. (2024). *Os desafios da efetivação da Política Nacional Educação Especial na zona rural ribeirinha na cidade de Manaus – Amazonas – Brasil*. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação- Educação Especial). Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Ramos, D. K., Ribeiro, F. L., Anastácio, B. S., & Silva, G. A. da. (2019). *Elaboração de questionários: algumas contribuições*. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*. 8 (3), e4183828. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v8i3.82>>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

Saraiva, E., Ferrarezi, E. (org). (2006). *Políticas públicas; Coletânea*. Brasília: ENAP. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf>. Acessado em 25 de agosto de 2024.

- Silva, R. M. (2013). *Para além do discurso oficial das políticas públicas: possibilidade de (re)pensar o paradigma de inclusão escolar para o educando com transtorno do espectro autista na cidade de Manaus*. Manaus: UFAM.
- Silva, C. de O. et al. (2016). *A evolução da educação especial no Brasil: pontos e passos*. Anais III CONEDU, Campina Grande: Realize Editora.
- Soares, S. B. V. (2018). *Estado e educação do campo: a influência dos organismos internacionais na elaboração de políticas públicas educacionais para o campo brasileiro*. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 240–258. DOI: 10.5216/ia.v43i1.46081. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46081>. Acesso em: 01 março de 2025.
- Sousa, M. B. de. (2015). *Inclusão na educação infantil: um estudo de caso de uma criança com transtorno do espectro autista em uma escola pública de Manaus*. Manaus: UEA.
- Souza, E. G. de. (2024). *Educação do campo: avanços tecnológicos e desafios no uso do sistema integrado de gestão educacional do Amazonas (SIGEAM) na Rede Municipal de Manaus, Brasil, 2022 -2023*. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidad de la integración de las Américas. Paraguai.
- Tomporoski, A. A., Lachman, V., & BortolinI, E. (2019). *Educação Especial, o longo caminho: da antiguidade aos nossos dias*. Cadernos Zygmunt Bauman, v.9, n.21, 16 Dez 2019. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/12546>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

Trivinos, A. N. S. (2013). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1 ed. São Paulo: Atlas.

UNESCO. (1996). *Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais*. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.

Wachowicz, L. A. (2001). *A dialética na pesquisa em educação*. Revista Diálogo Educacional - v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun.

Anexo 1- Relação de Alunos Incluídos da Zona Rural de Manaus

Table with columns: ESCOLA, ID, ALUNO, ATIVO, SEXO, TIPO DE REGISTRAÇÃO, IDIOMA, CURSO, PERÍODO, SÉRIE, SÉRIE (SUA), TÍTULO. Includes header information for the Municipality of Manaus, Department of School Management, and a list of students for various schools.

Table with columns: ESCOLA, ID, ALUNO, ATIVO, SEXO, TIPO DE REGISTRAÇÃO, IDIOMA, CURSO, PERÍODO, SÉRIE, SÉRIE (SUA), TÍTULO. Includes header information for the Municipality of Manaus, Department of School Management, and a list of students for various schools.

Table with columns: ESCOLA, ID, ALUNO, ATIVO, SEXO, TIPO DE REGISTRAÇÃO, IDIOMA, CURSO, PERÍODO, SÉRIE, SÉRIE (SUA), TÍTULO. Includes header information for the Municipality of Manaus, Department of School Management, and a list of students for various schools.

Table with columns: ESCOLA, ID, ALUNO, ATIVO, SEXO, TIPO DE REGISTRAÇÃO, IDIOMA, CURSO, PERÍODO, SÉRIE, SÉRIE (SUA), TÍTULO. Includes header information for the Municipality of Manaus, Department of School Management, and a list of students for various schools.

Table with columns: ESCOLA, ID, ALUNO, ATIVO, SEXO, TIPO DE REGISTRAÇÃO, IDIOMA, CURSO, PERÍODO, SÉRIE, SÉRIE (SUA), TÍTULO. Includes header information for the Municipality of Manaus, Department of School Management, and a list of students for various schools.

Table with columns: ESCOLA, ID, ALUNO, ATIVO, SEXO, TIPO DE REGISTRAÇÃO, IDIOMA, CURSO, PERÍODO, SÉRIE, SÉRIE (SUA), TÍTULO. Includes header information for the Municipality of Manaus, Department of School Management, and a list of students for various schools.

Anexo 2- Questionário

QUESTIONÁRIO - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Olá, gostaria de convidá-lo(a) a responder um questionário sobre A importância das políticas públicas frente ao autismo. Essa pesquisa tem por objetivo identificar como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo. As suas respostas e relatos serão mantidos em sigilo preservando a sua identidade.

Essa sondagem nos possibilitará identificar a aplicação das políticas públicas sobreposto no ambiente escolar e sobre sua carreira profissional, entendendo sobre como acontece a atuação em sala de aula; qual sua experiência no âmbito escolar; assim como, seus desafios diários e quais medidas seriam eficazes para trabalharem com esses estudantes.

Levamos em consideração que ao responder todos os questionamentos levantados, você está de acordo com os termos deste questionário. Este questionário foi elaborado e dividido em 2 partes:

- 1- Perfil do Entrevistado

- 2- Visão do Entrevistado

No mais, você deverá escolher a opção que mais se adeque ao que você vive, caso seja necessário mais de uma resposta, será assinalado. Você precisará dispor entre 5 a 10 minutos aproximadamente para responder a este questionário.

1ª PARTE - PERFIL DO ENTREVISTADO

1- Sexo:

- Feminino
 Masculino
 Outro

2- Idade:

- 20 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 51 a 60 anos
 61 anos ou mais

3- Experiência Profissional

- 0 a 10 anos
 11 a 20 anos
 21 a 30 anos
 31 a 40 anos ou mais

4- Grau Acadêmico

- Graduação
 Pós- Graduação
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-Doutorado

2ª PARTE - VISÃO DO ENTREVISTADO

Objetivo 1: Identificar como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo.

4- Ao seu ver, como deveriam ser aplicadas as políticas públicas direcionadas a educação especial nas escolas, especialmente aos alunos autistas?

- Sala de recursos
- Formação somente aos diretores
- Ensino tradicional
- Cursos de formação voltados a educação especial
- Currículo Adaptado

5- Para você, os recursos oferecidos através das políticas públicas destinadas aos alunos autistas são suficientes, levando em consideração os desafios enfrentados por você, professor?

- Sim, acredito
- Não acredito

6- Você acha importante que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo?

- Pouco Importante
- Importante
- Muito importante
- Não é importante

Objetivo 2: Compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo.

4- Você como professor do campo já recebeu alguma formação para lidar com alunos autistas na sala de aula regular?

- Sim
- Não

5- Na sua opinião, os professores devem usar estratégias diferenciadas com os alunos autistas, adaptando o currículo, levando em consideração as políticas públicas?

- Sim

Não

6- Quais os maiores desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas destinadas aos alunos autistas nas escolas rurais?

- O Estado não proporciona educação continuada destinada a educação especial.
- A família não acompanha a criança como deveria.
- A família não conhece seus direitos.
- Outra resposta

Objetivo 3- Discutir a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos alunos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo.

4- Você, educador da zona rural, acha que é necessário a execução de políticas públicas voltadas para uma educação equitativa para todos?

- Pouco Importante
- Importante
- Muito importante
- Não é importante

5- Você conhece quais são os recursos financeiros disponibilizados pelo governo através das políticas públicas destinadas à educação especial que temos nas escolas rurais?

- Pouco Importante
- Importante
- Muito importante

6- De acordo com as políticas públicas que temos na atualidade, você concorda que as mesmas são suficientes para suprir as necessidades reais dos alunos autistas nas escolas do campo?

- Pouco Importante
- Importante
- Muito importante
- Não é importante

Anexo 3- Tabulação dos Dados do Questionário

TABULAÇÃO DO DADOS DO QUESTIONÁRIO

1ª PARTE: PERFIL DO ENTREVISTADO		
1	Sexo	Quantidade de respostas obtidas
	Feminino	
	Masculino	
2	Idade	Quantidade de respostas obtidas
	20 a 30 anos	
	31 a 40 anos	
	41 a 50 anos	
	51 a 60 anos	
	61 anos ou mais	
3	Experiência Profissional	Quantidade de respostas obtidas
	0 a 10 anos	
	11 a 20 anos	
	21 a 30 anos	
	31 a 40 anos	
4	Grau Acadêmico	Quantidade de respostas obtidas
	Graduação	
	Pós- Graduação	
	Mestrado	
	Doutorado	

	Pós-Doutorado	
--	---------------	--

2ª PARTE - VISÃO DO ENTREVISTADO	
Objetivo 1: Identificar como se aplicam as políticas públicas nos espaços onde estão inseridas as pessoas com autismo na educação do campo.	
1- Ao seu ver, como deveriam ser aplicadas as políticas públicas direcionadas a educação especial nas escolas, especialmente aos alunos autistas?	Quantidade de respostas obtidas
Sala de recursos	
Formação somente aos diretores	
Ensino tradicional	
Cursos de formação voltados a educação especial	
Currículo Adaptado	
2- Para você, os recursos oferecidos através das políticas públicas destinadas aos alunos autistas são suficientes, levando em consideração os desafios enfrentados por você, professor?	Quantidade de respostas obtidas
Sim, acredito	
Não acredito	
3- Você acha importante que os profissionais da educação do campo tenham formação em educação especial para o atendimento dos alunos com autismo?	Quantidade de respostas obtidas
Pouco Importante	
Importante	
Muito importante	
Não é importante	

Objetivo 2: Compreender como as políticas públicas são aplicadas no dia a dia dos indivíduos com autismo inseridos na educação do campo.	
1- Você como professor do campo já recebeu alguma formação para lidar com alunos autistas na sala de aula regular?	Quantidade de respostas obtidas

Sim	
Não	
2- Na sua opinião, os professores devem usar estratégias diferenciadas com os alunos autistas, adaptando o currículo, levando em consideração as políticas públicas?	Quantidade de respostas obtidas
Sim	
Não	
3- Quais os maiores desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas destinadas aos alunos autistas nas escolas rurais?	Quantidade de respostas obtidas
O Estado não proporciona educação continuada destinada a educação especial.	
A família não acompanha a criança como deveria.	
A família não conhece seus direitos	
Outra Resposta	

Objetivo 3- Discutir a importância da execução das políticas públicas existentes no que se refere aos alunos autistas que fazem parte do contexto da educação no campo.	
1- Você, educador da zona rural, acha que é necessário a execução de políticas públicas voltadas para uma educação equitativa para todos?	Quantidade de respostas obtidas
Pouco Importante	
Importante	
Muito importante	
Não é importante	
2- Você conhece quais são os recursos financeiros disponibilizados pelo governo através das políticas públicas destinadas à educação especial que temos nas escolas rurais?	Quantidade de respostas obtidas
Pouco Importante	
Importante	
Muito importante	

3- De acordo com as políticas públicas que temos na atualidade, você concorda que as mesmas são suficientes para suprir as necessidades reais dos alunos autistas nas escolas do campo?	Quantidade de respostas obtidas
Pouco Importante	
Importante	
Muito importante	
Não é importante	